



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**



**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO**  
**TERRITORIAL**

# **VIOLÊNCIA URBANA EM GOIÂNIA: MÚLTIPLAS**

## **FACES DO PROBLEMA**

**Janailson Machado do Nascimento**

**Goiânia, 2016**



**Janailson Machado do Nascimento**

## **VIOLÊNCIA URBANA EM GOIÂNIA: MÚLTIPLAS FACES DO PROBLEMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Aristides Moysés

**Goiânia, 2016**



**Janailson Machado do Nascimento**

## **VIOLÊNCIA URBANA EM GOIÂNIA: MÚLTIPLAS FACES DO PROBLEMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

**Goiânia, 2016**

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)  
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

N244v Nascimento, Janailson Machado.  
Violência urbana em Goiânia [manuscrito] : múltiplas  
faces do problema / Janailson Machado do Nascimento –  
Goiânia, 2016.  
104 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em  
Desenvolvimento e Planejamento Territorial, 2016.

“Orientador: Prof. Dr. Aristides Moysés”.

Bibliografia.

1. Urbanização – Goiânia (GO). 2. Violência. I. Título.

CDU 711.4(043)



**Janailson Machado do Nascimento**

**Violência Urbana em Goiânia: Múltiplas Faces do Problema**

Dissertação defendida no curso de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás, como parte das exigências para obtenção do título de mestre.

Aprovada em 11/03/2016 pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Aristides Moysés - Orientadora – PUC Goiás

Prof. Dr. Carlos Leão – PUC Goiás

Prof. Dra. Najla Franco Frattari – IFG

Goiânia,  
Março, 2016

*Dedico a Deus, pela proteção e força dadas ao longo dessa caminhada, aos meus pais e familiares, pelo carinho e dedicação e, acima de tudo, pela compreensão nas horas difíceis. Aos meus mestres, pela preocupação e a vontade de contribuir nesse processo.*

## AGRADECIMENTOS

*Aos meus pais: Cícera e Manoel por acreditarem nos meus objetivos, dando força, carinho e sustentação ao longo da minha vida;*

*A minha esposa, Ludiane, aos meus filhos, Izabelly e Wesley, e a meus irmãos, pela compreensão nas horas ausentes e estressantes por que passaram ao longo do curso;*

*Ao professor Aristides, pela atenção e contribuição dadas para a realização desta dissertação;*

*Aos demais professores meus sinceros agradecimentos, pela paciência e dedicação que nos deram ao longo da graduação;*

*Aos meus colegas, pelos momentos alegres, pela convivência, pelo carinho e respeito e, principalmente, pelos atos indesejáveis que possa ter ocorrido. Meus pedidos de desculpa e sinceros agradecimentos por vencermos juntos esses momentos. Enfim, a todos aqueles que de uma forma ou de outra, lutaram por essa conquista.*

*“Tudo o que um sonho precisa para ser realizado é alguém que acredite que ele possa ser realizado”.*

*(Roberto Shinyashiki)*

## RESUMO

Esta dissertação aborda a questão da violência urbana e sua relação com o crescimento econômico. Discute a violência homicida no Brasil, descreve algumas causas e consequências para o morador da zona urbana. Analisa o aumento da violência homicida na região metropolitana de Salvador e na cidade de Goiânia e aborda a redução desse ato criminoso em São Paulo. Para exemplificar os impactos da violência, narra o caso de dois bairros de Goiânia (Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico), que aparecem na lista das localidades mais violentas da capital, descrevendo a sensação do medo e da insegurança vivida pela população desses setores. Compartilhando as ideias de Teresa Pires, Dalva Borges e Arlete Moysés, dentre outros, pretende-se contribuir com o conhecimento científico em torno da questão urbana, bem como verificar os impactos que a violência urbana acarreta na paisagem e no crescimento econômico das cidades.

**Palavras chave:** Goiânia – Crescimento - Urbanização – Violência



## **ABSTRACT**

This dissertation approaches the question of urban violence and its concern with the economic development. It discusses the homicidal violence in Brazil, the causes and consequences to the residents of the urban zone. It also analyzes the increase of homicidal violence in metropolitan area of Salvador and Goiânia, and focuses on the reduction of this criminal act in São Paulo. In order to exemplify the impacts of violence, it narrates the case of two neighborhoods in Goiânia (Jardim Novo Mundo and Setor Pedro Ludovico), which appear on the list of the most violent areas in the capital, describing the sensation of fear and insecurity lived by population in these neighborhoods. Sharing the ideas of Teresa Pires, Dalva Borges e Arlete Moyses, among others, this work intends to contribute with the scientific knowledge about urban questions, as well as, verify the impacts that the urban violence brings to the economic development of cities.

**Key Words:** Goiânia - Growth– Urbanization - Violence.

## Sumário

<b>Lista de figuras</b> .....	<b>11</b>
<b>Lista de tabela</b> .....	<b>12</b>
<b>Lista de gráficos</b> .....	<b>13</b>
<b>Lista de abreviações e siglas</b> .....	<b>14</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I VISÃO HISTÓRICA DO AMBIENTE URBANO E SEUS CONFLITOS</b> .....	<b>26</b>
1.1 A sociedade e suas diversidades sociais: um breve esboço histórico .....	27
1.2 Violência urbana: conceitos preliminares, causas e consequências .....	30
1.3 O estilo de vida urbano e as diversas faces da violência .....	37
1.4 Segregação socioespacial como forma visível de violência urbana .....	40
<b>CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA ACOMPANHA O RASTRO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b> .....	<b>45</b>
2.1 Regiões metropolitanas e os impasses da violência .....	47
2.2 Redução da criminalidade homicida: o caso da Região Metropolitana de São Paulo .....	52
2.3 Violência disseminada: o caso da Região Metropolitana de Salvador - Bahia ....	67
<b>CAPÍTULO III – VIOLÊNCIA URBANA EM GOIÂNIA: O MEDO MODIFICA A PAISAGEM</b> .....	<b>75</b>
3.1 Os impasses da formação territorial da capital de Goiás e sua relação com a violência urbana .....	77
3.2 Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico: paisagem, violência e medo .....	83
3.3 Considerações Finais .....	96
<b>Referência bibliográfica</b> .....	<b>99</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>103</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura I: Mapa da Região Metropolitana de São Paulo .....	<b>53</b>
Figura II: Mapa da Região Metropolitana de São Paulo – Segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.....	<b>55</b>
Figura III: Mapa da taxa de homicídios por distrito em São Paulo 2014 - destaque para o distrito da Sé .....	<b>57</b>
Figura IV: Mapa dos municípios da Região Metropolitana de Salvador .....	<b>68</b>
Figura V: Foto do centro empresarial Wall Street - situado na Avenida Paralela em Salvador .....	<b>71</b>
Figura VI: Foto do bairro da Paz localizado na Avenida Paralela em Salvador.....	<b>72</b>
Figura VII: Localização da área e estudo da pesquisa .....	<b>76</b>
Figura VIII: Fragmento de reportagem publicada pelo Jornal Opção – online – 09 a 15 de setembro de 2012 .....	<b>80</b>
Figura IX: Imagem aérea do condomínio Alphaville Flamboyant – Goiânia – GO ....	<b>81</b>

## LISTA DE TABELA

Tabela I: Número de habitantes das cidades que compõem a Região Metropolitana de Goiânia em 2000 e 2010 .....	<b>50</b>
Tabela II: Número de homicídios por região metropolitana no Brasil .....	<b>51</b>
Tabela III: Número de homicídios em 2000, 2005 e 2010 nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil .....	<b>58</b>
Tabela IV: Armas entregues por grupo de 100 mil habitantes no ano de 2011 – até a data de 04-11-2011 .....	<b>61</b>
Tabela V: Índice de Gini das principais regiões metropolitanas do Brasil – 2000 – 2010 .....	<b>64</b>
Tabela VI: Classificação das principais regiões metropolitanas do Brasil – em 2000 e 2010 – de acordo com o número de homicídios – por grupo de 100 mil habitantes .	<b>65</b>
Tabela VII: Evolução dos fatores que compõem o IDHM da Região Metropolitana de Salvador – 2000/2010 .....	<b>69</b>
Tabela VIII: Os três bairros mais violentos de Goiânia segundo os entrevistados ....	<b>88</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Crescimento populacional da RM de São Paulo entre os anos de 1991 e 2010 .....	<b>54</b>
Gráfico II: Queda na taxa de homicídios em São Paulo e Rio de Janeiro no período de 2000 a 2010 .....	<b>63</b>
Gráfico III: Evolução da população da RM de Salvador nos três últimos censos .....	<b>69</b>
Gráfico IV: Taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes – Goiânia – GO ..	<b>78</b>
Gráfico V: Porcentagem de investimento em segurança pessoal e/ou residencial nos últimos anos na visão dos entrevistados .....	<b>89</b>
Gráfico VI: Porcentagem dos entrevistados que mudaria ou não de bairro ou residência caso aumentasse a insegurança no seu local de moradia .....	<b>91</b>

## **LISTA DE ABREVIações E SIGLAS**

DHPP – Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social

MJ – Ministério da Justiça

ONU – Organização das Nações Unidas

ONG – Organizações Não Governamentais

RIDEs – Regiões Integradas de Desenvolvimento

RM – Região Metropolitana

RMs – Regiões Metropolitanas

RMS – Região Metropolitana de Salvador

RMSP- Região Metropolitana de São Paulo

SIM – Sistema de Informação Sobre Mortalidade

SSP –GO – Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o aumento da violência urbana tem ganhado proporções alarmantes, principalmente nos crimes contra a vida. Segundo o mapa da violência 2014, baseado em dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, entre 1980 e 2012 morreram no país 2.459.791 pessoas, sendo 1.202.245 vítimas de homicídio, 1.041.335 de acidentes de transportes e 216.211 de suicídio<sup>1</sup>. Os dados destacados no referido mapa destacam nitidamente três preocupações: o aumento de homicídios, de vítimas de acidentes de transportes e do número de mortes de jovens entre 15 e 29 anos de idade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010, 84,36 % da população habitavam na zona urbana, enquanto 15,64% ainda permaneciam no campo. Os dados do censo reforçam a preocupação com os problemas urbanos, principalmente a violência, já que a maioria absoluta dos brasileiros vive nas cidades. Fazendo uma breve relação entre o processo de urbanização no Brasil e o aumento da violência homicida, podemos perceber que na medida em que a população passou a habitar as cidades os números de homicídios e de mortes violentas cresceram.

Segundo o IBGE, em 1980 67,70 % da população brasileira tinham como domicílio as cidades. De acordo com Waiselfisz (2014, p. 17), naquele mesmo ano ocorreram no país 38.171 mortes violentas (homicídios, suicídios e mortes por acidentes de transportes). Trazendo esses dados para o ano de 2010, enquanto a população urbana chegava a 84,36%, o número de mortes violentas atingia a cifra de 106.603, vítimas. Um aumento alarmante para o período.

De acordo com Oliveira (2005), um aspecto relevante nas cidades brasileiras é o seu tamanho e a relação deste quesito com a criminalidade. Segundo o autor, as

---

<sup>1</sup> O estudo apresentado pelo mapa da violência de 2014 leva em conta as causas de mortes identificadas pelo CID-10, ou seja, "causas externas de morbidade e mortalidade". Diferentemente das chamadas causas naturais, indicativas de deterioração do organismo ou da saúde devido a doenças e/ou ao envelhecimento, as causas externas remetem a fatores independentes do organismo humano, fatores que provocam lesões ou agravos à saúde que levam à morte do indivíduo. Essas causas externas, também chamadas causas não naturais ou ainda causas violentas, englobam um variado conjunto de circunstâncias, algumas tidas como acidentais – mortes no trânsito, quedas fatais etc. – ou violentas – homicídios, suicídios etc. (Waiselfisz, 2014, p. 08).

idades com mais de 1.000.000 de habitantes possuem taxas de homicídios em média até seis vezes maiores que nas cidades com até 25.000 habitantes. Isso difere as cidades brasileiras de inúmeras outras cidades nos países de primeiro mundo, como exemplo, as cidades europeias.

Levando-se em conta estimativa do IBGE (2013), 16 cidades brasileiras possuem mais de um milhão de habitantes, sendo que apenas três não são capitais (Guarulhos e Campinas, em São Paulo, e São Gonçalo no Rio de Janeiro). Pode-se deduzir, portanto, que esse grande aglomerado de pessoas é um fator relevante para o aumento na taxa de homicídios nos últimos anos no Brasil.

Entender as causas que levaram o país a dobrar o índice de mortes violentas nos últimos anos é, contudo, extremamente complexo, mesmo levando-se em conta as diversas áreas do conhecimento que tentam explicar os motivos de tanta criminalidade na sociedade brasileira nos dias atuais. Diversos estudiosos, tais como Coelho (1978), Levisk (1997) e Misse (2011), tentam explicar e/ou contestar as explicações por meio da sociologia e dos aspectos psicológico e criminológicos dos indivíduos. Por outro lado, Oliveira (2005) apresenta contribuições da economia na compreensão das causas da criminalidade e na avaliação de suas consequências para o desenvolvimento da economia.

Esta dissertação trata da questão da violência urbana e suas implicações no cotidiano das cidades brasileiras. O estudo leva em conta a violência homicida em duas grandes regiões metropolitanas do país, a saber: São Paulo, tendo por base a redução das mortes homicidas nas últimas décadas, e a Região Metropolitana de Salvador, chamando a atenção para o elevado crescimento da criminalidade nessa espacialidade. Além disso, analisa-se o crescimento dos homicídios em Goiânia e sua relação com a criminalidade urbana. O receio de ser vítima da violência muda a rotina dos habitantes das cidades brasileiras, e não é diferente na capital do estado de Goiás, Goiânia. Isso acontece sobretudo quando o aumento da criminalidade espalha a sensação de insegurança e de medo na zona urbana.

A abordagem de São Paulo e Salvador, nesta dissertação, visa verificar semelhanças ou não entre a ocorrência desse fenômeno nessas duas regiões



metropolitanas em relação á capital do estado de Goiás. Pretende-se, com isso, contextualizar o estudo de caso e verificar que fatos foram importantes para a redução no índice de homicídios em São Paulo e as razões para a elevação em Salvador nas últimas décadas.

Na concepção de Santos e Kassouf (2008), o crescimento da criminalidade, principalmente da taxa de homicídios, deixa a população mais amedrontada, levando a uma alteração gradativa de seus hábitos cotidianos. Do ponto de vista da economia, os habitantes passam a gastar cada vez mais recursos próprios para se prevenir dos riscos da insegurança, sendo também observados por estes autores prejuízos materiais e gastos públicos e privados na prevenção e combate da violência.

O medo da criminalidade, portanto, dificulta e atrasa o crescimento econômico das cidades, na medida em que o poder público tem que destinar parte dos seus recursos para atender a demanda de prevenção e repressão contra o crime. Por outro lado, ainda na visão de Santos e Kassouf (2008), existem outros impasses como a redução no estoque de capital humano, na qualidade de vida, nas atividades turísticas e a perda de atratividade de novos investimentos e/ ou a expulsão dos investimentos já feitos. São estes, portanto, alguns dos impactos econômicos vividos por cidades com alto índice de crimes violentos.

Escolheu-se demonstrar nesta dissertação a relação entre o crescimento populacional e a elevação da violência urbana, mais especificadamente na cidade de Goiânia – GO, tendo em vista a expressiva desigualdade social e o aumento de homicídios elencados nos últimos anos nesta cidade. Dados estatísticos dos órgãos de segurança pública do estado de Goiás e relatórios da ONU evidenciam Goiânia como uma das capitais mais desiguais do Brasil, além de apresentar as maiores taxas de homicídios do país proporcionalmente ao número de habitantes.

O problema da pesquisa consistiu em levantar as relações existentes entre o aumento da violência e os seus efeitos para os moradores das cidades brasileiras, sobretudo de que forma o processo de violência nas cidades podem interferir nas

mudanças das paisagens de uma região, cidade ou de parte dela. Pretende-se, com o este estudo, buscar respostas às seguintes inquietações:

- Algumas regiões metropolitanas reduziram os índices de homicídios e outras aumentaram na última década.

- O crime de homicídio chama tanta atenção em detrimento das demais mortes violentas.

- A cidade de Goiânia convive com o aumento da criminalidade urbana.

- Enfim, ser vítima da violência urbana modifica a rotina e a paisagem urbana.

Isto posto, a questão central desta dissertação de mestrado pode ser resumida na seguinte pergunta: Como o crescimento da cidade se relaciona com a violência e de que forma isso altera a paisagem urbana?

As respostas a estes questionamentos vão ao encontro das discussões de Cadeira (2000), Dalva (2011), Frattari (2011), Santos e Kassouf (2008) e Misse (2011), quando analisam os impactos que a violência tem provocado nas cidades brasileiras (dentre elas a cidade de Goiânia), a representação do medo na zona urbana, e como a população vem sofrendo como a insegurança principalmente nas grandes cidades. O fator chave a ser observado é que a violência muda a rotina dos cidadãos que habitam a cidade e dificultam o crescimento econômico.

Outro elemento a ser observado, é a hipótese de que a ausência da atuação do estado em políticas sociais e em segurança pública, aliada ao processo de urbanização acelerado, provocaram o aumento da violência e da criminalidade homicida em diversas regiões metropolitanas do país, mais especificadamente na Região Metropolitana de Salvador e na cidade de Goiânia.

Ao falarmos sobre o crescimento econômico das cidades, é importante apontarmos algumas distinções entre os termos crescimento e desenvolvimento. Embora os termos, na prática, estejam juntos e pareçam sinônimos, na realidade

apresentam algumas diferenças. No geral, ao falar de desenvolvimento econômico, seja de um país, estado e/ou município (embora o termo seja mais empregado quando se trata de países), estamos fazendo referência ao processo de acumulação de capital, que se relaciona ao desenvolvimento tecnológico, da produtividade, do poder econômico, melhoria na qualidade de vida, entre outros. Podemos, assim, pensar que o desenvolvimento se expressa, qualitativamente, quando ocorre aumento da produtividade e da eficiência da economia, da distribuição de renda, da qualidade de vida expressa em melhoria da saúde, da educação, dos equipamentos e oferta de serviços públicos, enquanto que o crescimento econômico é uma relação quantitativa medida por indicadores econômicos e sociais. Para Bresser-Pereira (2008), a medida mais geral de desenvolvimento econômico é a do aumento da renda por habitante, porque esta mede aproximadamente o aumento geral da produtividade. No entanto, ele enfatiza que o aumento da renda pode gerar um crescimento econômico e não necessariamente o desenvolvimento, já que o desenvolvimento seria uma fase mais avançada do crescimento.

Em outros termos, crescimento, por sua vez, pode estar relacionado ao aumento da circulação de recursos, investimentos em infraestrutura tecnológica, mão de obra qualificada, aumento da produção e da capacidade de atendimento, sem, entretanto, demonstrar que se beneficiou deste crescimento. No entanto, pode ocorrer que o desenvolvimento econômico não seja resultado direto do crescimento econômico. Por exemplo, o fato de uma cidade ter sua base econômica num determinado setor (extração de petróleo, parque industrial e tecnológico) não implica necessariamente que as desigualdades sociais foram eliminadas e que sua população viva melhor. O fosso entre ricos e pobres continuará existindo. Desenvolvimento econômico deve necessariamente expressar um nível de igualdade em que a distância social entre os membros de uma sociedade não seja tão gritante que leve ao esgarçamento das relações sociais<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Bresser- Pereira (2008), sobre esta temática, cita o exemplo da China, que nos últimos 25 anos tem deixado de ser um país igualitário para se tornar um país desigual. No princípio, segundo o autor, houve na China um crescimento econômico; na sequência, pode-se dizer que ocorreu desenvolvimento, na medida em que mais de 30 milhões de pessoas saíram da linha da pobreza.

Neste estudo utiliza-se o termo crescimento para justificar as mudanças econômicas que ocorreram em algumas regiões metropolitanas do país, aliadas ao incremento nas taxas de homicídios. Os principais índices utilizados para medir desenvolvimento e crescimento econômicos são: o IDH, o PIB e a Renda Per Capita. O Produto Interno Bruto é considerado um bom indicador de crescimento econômico, pois demonstra uma elevação da produção de uma determinada região. Já em relação ao desenvolvimento econômico, não poderemos utilizar apenas o PIB e a Renda Per Capita, uma vez que esses índices não asseguram que houve melhoria no bem-estar da população. Optaremos por utilizar o PIB e a Renda Per Capita como indicadores de crescimento mais próximos do real, uma vez que o IDH descreve mais características de desenvolvimento do que de crescimento, conforme descreve Bresser – Pereira (2008):

Ainda que o IDH calculado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – seja uma contribuição importante, ele é antes um índice de nível de desenvolvimento do que um índice de crescimento, não podendo ser usado para medir taxa de desenvolvimento econômico. (Bresser –Pereira, 2008, p. 9).

Serão utilizadas, portanto, as RMs de São Paulo e Salvador como fatores de contextualização da dissertação, tendo em vista que ambas geraram inquietação ao se verificarem as ações que desencadearam a queda no índice de homicídios em São Paulo e, por outro lado, aquelas ocorridas em Salvador, para que a capital ganhasse notória atenção no aumento desse tipo de crime. Diante dos dois extremos, busca-se entender esse fenômeno em Goiânia, já que a capital convive com altas taxas de criminalidade urbana.

Como o foco de qualquer pesquisa científica encontra-se enlaçado nos objetivos, destacamos o objetivo geral desta Dissertação é Verificar as relações existentes entre o aumento da violência urbana e sua interferência no cotidiano dos moradores das cidades, sobretudo de Goiânia –GO, na última década, assim como o objetivo geral se desdobra em quatro objetivos específicos: a) discutir os principais tipos de violência predominantes no espaço urbano e seus impactos para o morador da cidade; b) diferenciar os tipos de violências que ocorrem com maior frequência no espaço urbano, suas principais causas e consequências; c) analisar o processo de

construção de Goiânia e sua relação com o aumento da criminalidade e por fim, d) esboçar, por meio de um estudo de caso, que a violência urbana modificou a rotina dos moradores de Goiânia e vem atrapalhando o cotidiano da população da capital.

Para se chegar a estes objetivos, utiliza-se de procedimentos metodológicos que permitam buscar respostas ao problema formulado e encontrar respaldos para a confirmação ou não das hipóteses previamente levantadas.

Neste sentido, levando-se em conta a limitação do objeto a ser estudado, buscou-se utilizar uma ampla pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. De acordo com Pescuma e Castilho (2005, p. 12) “pesquisa é um conjunto de atividades, tais como: buscar informações, explorar, inquirir, investigar, indagar, argumentar e contra argumentar”. Para esses autores, toda pesquisa tem seus objetivos, que são geralmente: solucionar e esclarecer dúvidas e problemas; comprovar hipóteses; elaborar, reconstruir, ampliar conhecimentos. Para alcançar tais objetivos, é necessário utilizar alguns procedimentos.

Tais procedimentos, na visão de Pescuma e Castilho (2005, p. 12), são “próprios, racionais, sistemáticos, intensivos, científicos que possibilitam o confronto entre o conhecimento teórico acumulado sobre um assunto e dados e informações coletados sobre ele, ou seja, o confronto entre teoria e prática”. Com isso, buscou-se neste trabalho abordar as diversas faces da violência estudadas por inúmeras áreas do conhecimento, a fim de conhecer as possíveis causas e consequências da violência urbana e sua interpretação por diversos estudiosos.

A base da pesquisa é conhecida como referencial teórico, ou seja, o quadro conceitual utilizado para fundamentar o trabalho. A elaboração desse referencial permite avançar conhecimentos a respeito do tema, formular o objeto da pesquisa, elaborar as hipóteses e buscar os resultados. Nesta dissertação foram consultadas diversas obras, catalogadas informações de órgãos como IBGE, IPEA, órgãos estaduais e municipais, além de consultas a sites, artigos e publicações na internet.

O estudo de caso foi utilizado na pesquisa, com o propósito de buscar informações descritivas sobre como a população de determinados bairros de

Goiânia convive com o medo da violência. Tal metodologia utiliza-se de múltiplos métodos, pois, consiste no geral, em analisar um fenômeno individual ou em pequena quantidade (casos). Lüdke e Andrade (1986, p. 17) afirmam que: “o estudo de caso caracteriza-se por constituir uma unidade de um sistema mais amplo, ou seja, é uma parte muito restrita de um fenômeno que pode estar ocorrendo de forma muito mais ampla e diferenciada”. Segundo esses autores, o estudo de caso é sempre bem delimitado e tem seus contornos claramente definidos, o que nos leva a crer que seja o método mais indicado para esse tipo de pesquisa.

Diante do exposto e com base nos escritos de Gerhard e Silveira (2009), podemos assim classificar a metodologia desse trabalho: enquanto abordagem, utiliza-se de múltiplos métodos, pois se buscou realizar levantamento de dados sobre a temática da pesquisa em diversas fontes e *in loco*, por meio de questionário previamente definido; em relação a sua natureza, podemos assim entendê-la como aplicada, já que objetiva gerar conhecimento para uma aplicação prática que envolve interesses locais em busca de solução. Quanto aos objetivos, o estudo utilizou-se da pesquisa exploratória e descritiva. Em relação aos procedimentos, realizou-se pesquisa bibliográfica, pesquisa com *survey*<sup>3</sup> e estudo de caso.

A utilização desta pesquisa com *survey* parte do pressuposto de que, durante o estudo, buscaremos contemplar dados qualitativos e quantitativos na análise do problema da violência urbana. Serão também anexadas imagens, entrevistas e fotos. Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa é importante, porque tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Daí a necessidade de ir a campo, fazer anotações, descrever ambientes, entre outros.

Dentre os aspectos metodológicos da pesquisa, se fez necessária uma abordagem quantitativa. Tal fato justifica-se, pois durante o estudo buscamos quantificar a influência da violência no cotidiano da população de dois bairros em Goiânia. Por meio de um questionário pré-estabelecido (exposto e discutido no

---

<sup>3</sup> Para mais informações sobre o procedimento de pesquisa utilizando *survey* ver Santos (1999) e Fonseca (2002). Gerhard e Silveira (2009) trazem em seu livro intitulado **Métodos de pesquisa** uma abordagem sucinta dos tipos, da natureza, dos objetivos e dos procedimentos em pesquisas científicas.

capítulo III), utilizando o método de survey, buscam-se fundamentações sobre algumas hipóteses já apresentadas anteriormente. Godoy (1995), sobre o método quantitativo afirma:

Em linhas gerais, num estudo quantitativo o pesquisador conduz seu trabalho a partir de um plano estabelecido *a priori*, com hipóteses claramente especificadas e variáveis operacionalmente definidas. Preocupa-se com a medição objetiva e a quantificação dos resultados (Godoy, 1995, p. 58).

O método de pesquisa survey é utilizado quando o pesquisador busca investigar dada situação de forma mais concreta. O objetivo desse método, segundo Freitas et. al. (2000), é responder a questões do tipo “o que? por que? como? e quanto?”, buscando focalizar o que está acontecendo ou como e por que isso está acontecendo. Ainda destacam os autores que o ambiente natural é a melhor situação para estudar o fenômeno de interesse. Nesse caso, o método possui interfaces que irão ao encontro do objetivo desta pesquisa.

Baseando-se na classificação sobre a pesquisa survey feita por Pinsonneault & Kraemer (1993), utilizaremos a vertente descritiva, que busca identificar quais situações, eventos, atitudes ou opiniões estão manifestos em uma população. Durante a pesquisa, foi utilizado o processo de amostragem probabilística, cuja principal característica, na concepção de Pinsonneault & Kraemer (1993), é o fato de todos os elementos da população terem a mesma chance de serem escolhidos, resultando em uma amostra representativa da população. Após a aplicação e a tabulação dos dados da pesquisa, foi utilizada uma variável nominal para a análise dos resultados. Esse mecanismo é considerado mais simples e baseia-se nas medidas de proporção, porcentagem e razão, como possibilidades de estatísticas.

A pesquisa com survey foi aplicada em diversos bairros da capital, principalmente na Região Central, Setor Universitário, Região de Campinas e Alto da Glória. Os dados foram coletados no mês de agosto de 2015, sendo aplicados aproximadamente 200 questionários que abordaram inquietações sobre gênero, idade, rendimento, estado civil, além de quesitos que visavam compreender a concepção de violência e o medo de ser vítima da criminalidade urbana. O

questionário não foi aplicado nos bairros enfocados no estudo de caso, em razão de acreditar que muitos não iriam participar ou se omitiriam de comentar sobre esse assunto no seu local de moradia. Ressalta-se que muitos dos colaboradores afirmaram habitar nos setores em estudo.

A utilização da entrevista *in loco* foi um fator importante para verificar a relação entre o medo de ser vítima da criminalidade e as mudanças na rotina dos moradores dos bairros Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico. Ocorreram dez entrevistas, nos dois bairros, durante a primeira quinzena de janeiro de 2016. Os colaboradores foram escolhidos aleatoriamente nas ruas, no comércio e nas residências, tendo como principal fator de escolha a idade e o tempo de residência nos referidos bairros, o que servirá de base para verificar as mudanças que tais localidades tiveram nos últimos anos em razão do aumento da violência homicida.

O presente estudo encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, São discutidos os males que a violência vem provocando na sociedade urbana industrial na atualidade. Apresenta-se, também, uma breve síntese histórica do ambiente urbano e seus conflitos, assim como um breve esboço do estilo de vida dos indivíduos que habitam a cidade, bem como da forma como é construída a estrutura urbana e sua relação com a violência. Para compreendermos a evolução da violência urbana no Brasil, elencam-se fatores que geram conflitos no espaço urbano em diversos momentos históricos. Por fim, descreve-se alguns conceitos e causas da criminalidade urbana, dando-se ênfase à segregação espacial e ao valor do solo urbano.

No capítulo II, a discussão baseia-se em dados secundários disponíveis ao público por meio de órgãos e entidades governamentais. Tais dados demonstram o crescimento da violência homicida no país e sua disseminação em todo o território nacional. Para concretizar o discurso usado neste capítulo, buscou-se analisar os fatos que fizeram com que a Região Metropolitana de São Paulo reduzisse drasticamente o número de homicídios na última década, enquanto que a RM de Salvador e a cidade de Goiânia tiveram um incremento assustador nesse tipo de crime. A ideia central desta parte da dissertação é que a violência acompanha o rastro do crescimento econômico, já que se acredita existirem evidências de que as



idades com maior crescimento econômico podem suscitar um número maior de crimes. Nessa lógica, discutir o fenômeno da violência homicida nas RMs de São Paulo e Salvador tornou-se importante para a contextualização dessa problemática em escala maior que a local, nesse caso, em Goiânia.

No último capítulo, pretende-se verificar como ocorreu o crescimento da criminalidade em Goiás, mais diretamente em Goiânia, analisando-se o processo de urbanização. Ressalta-se que Goiânia, embora tenha sido uma cidade planejada, carrega marcas socioeconômicas que contribuem para a disseminação dos crimes de homicídio em diversos de seus bairros. Aliado a isso, por meio de um estudo de caso em dois bairros considerados como os mais violentos da capital, Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico, ambos com 20 assassinatos no ano de 2013, conforme levantamento da Secretaria de Segurança Pública do estado<sup>4</sup>, pretende-se analisar as mudanças que o aumento da criminalidade tem proporcionado na rotina dos moradores e visitantes destes bairros.

---

<sup>4</sup>Dados com base na matéria divulgada pelo Jornal Opção no dia 08/01/2014, com base em informações estatísticas da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Para mais sobre o assunto, acessar: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/ultimas-noticias/com-o-dezembro-mais-violento-da-capital-n-de-homicidios-em-goias-teve-alta-de-6>.

## **CAPÍTULO I - VISÃO HISTÓRICA DO AMBIENTE URBANO E SEUS CONFLITOS**

A cidade não é somente um lugar cheio de belas paisagens ou um aglomerado de pessoas convivendo em um mesmo espaço. É também um lugar de contradições, de violência, de desemprego e de conflitos sociais.

Nas últimas décadas a população urbana aumentou drasticamente e, com isso, os conflitos, passaram a afetar ainda mais a vida social dos cidadãos. Conflitos vão desde a fome, desemprego, preconceitos, até os mais cruéis atos violentos já vistos pela sociedade.

Quando falamos de violência urbana no geral, vêm ao nosso inconsciente os incidentes que os telejornais e as mídias escritas noticiam no dia a dia. Percebemos cotidianamente números alarmantes de assassinatos, roubos, violência no trânsito, homicídios, furtos, tráfico de drogas, dentre inúmeros outros fatos típicos do espaço urbano. No entanto, existem diversos outros tipos de desordem que podemos considerar como violência urbana.

Os males da urbanização desenfreada provocada pelo processo de transferência da população do campo para as cidades, aliada à grande especulação imobiliária que sustenta uma pequena elite urbana, têm provocado diversas mudanças na forma de perceber a violência nas cidades. A falta de investimento público em elementos essenciais como saúde, moradia, lazer, segurança pública, emprego, educação e tantos outros expressam claramente um tipo de violência pouco discutido pelas pessoas. Embora muitos questionem, poucos os consideram como forma de violência.

Aliado aos inúmeros problemas já mencionados aqui, podemos destacar a redução da credibilidade dos órgãos responsáveis pela segurança e pela justiça no Brasil. Ao que tudo indica, a morosidade e a sensação de impunidade têm contribuído para o aumento elevado da violência no país.

Por outro lado, viver a cidade tem proporcionado ao cidadão uma maneira diferente de convívio social. O acesso a certas estruturas que só existem no centro urbano, a sensação de “facilidade” em ter seus direitos atendidos na área da saúde,

educação e lazer, dentre outros, despertaram o interesse do morador do campo, já que no espaço rural isso não seria facilmente possível. Assim podemos pensar sobre o estilo de vida urbano e de que forma a violência tem contribuído ao longo dos séculos nas relações sociais e no convívio dos cidadãos que habitam os centros urbanos.

## **1.1 A SOCIEDADE E SUAS DIVERSIDADES SOCIAIS: UM BREVE ESBOÇO HISTÓRICO**

Pensar melhorias nas condições de vida dos cidadãos é repensar em fenômenos socioespaciais urbanos. De que forma podemos ver avanço nas áreas como saúde, educação, moradia, segurança e direitos sociais, entre outros, sem levar em conta que milhões de pessoas são mortas por armas de fogo em pouco espaço de tempo?

As ações dos homens transformam e condicionam o espaço ao longo da história. No percorrer da trajetória humana, algumas cidades foram sendo erguidas, outras destruídas e algumas até tendo sido reconstruídas. A presença de muros, cercas e guaritas demonstrava uma forma de fragmentar e segregar o espaço geográfico, mas também poderia ser vista como um mecanismo de defesa por parte dos moradores em relação à criminalidade. Dito isto, podemos pensar que o fenômeno da violência não é algo novo, já que remete ao início dos primeiros vestígios humanos e à formação das primeiras sociedades.

Quando falamos de sociedade devemos levar em conta o significado desse termo. Na literatura brasileira, o conceito de sociedade está relacionado ao agrupamento de indivíduos que possuem relações em comum, sejam políticas, econômicas, sociais e culturais. Os componentes de uma sociedade estão agrupados por traços coletivos como, por exemplo, a língua, as tradições culturais, as leis e as crenças religiosas, dentre outros.

Podemos perceber que o modelo de sociedade<sup>5</sup> que alcançamos na atualidade favoreceu o aumento dos atos violentos que presenciamos

---

<sup>5</sup> Dentre as características da sociedade atual, podemos perceber profundas transformações que

constantemente, como tráfico de drogas, fome, assassinatos, roubos, crise familiar, dentre tantos outros que ocorrem em maior proporção nas cidades. Partindo desse pressuposto, é interessante verificar como essa sociedade atual evoluiu e de que maneira viviam e conviviam alguns povos no decorrer da história da civilização.

Na história, estuda-se a origem das primeiras civilizações ou sociedades, por meio de períodos. O Homo Habilis, por exemplo, que viveu entre 2,4 e 1,5 milhões de anos atrás, possuía características que o distinguia de outros, pela forma de se agrupar, caçar, utilizar as ferramentas de pedras e habitar em cavernas. Já o Homo Erectus, uma espécie mais avançada do Homo Habilis, conseguiu elevar sua estrutura óssea, ganhou mais rapidez no deslocamento, desenvolveu ferramentas mais aperfeiçoadas e dominou algumas técnicas como a do fogo.

Nessas civilizações<sup>6</sup> já existiam marcas de violência e se desenvolviam atitudes de defesa por partes dos habitantes. Embora nos primeiros vestígios do surgimento da humanidade já existissem relatos de agressividade, foi na passagem do Australopithecus para o Homo que se consolida um comportamento mais agressivo, como afirma Raupp (2010):

[...] Neste segundo momento, na passagem de Australopithecus para o Homo, infelizmente, o ser humano migra definitivamente para um comportamento de “menor humanidade”. Tornou-se mais violento, mais carnívoro. A tecnologia para obter a carne foi uma das fontes desse comportamento. Tais tecnologia sempre em desenvolvimento no Homo, como veremos, além de usadas para caça, também passaram a ser usadas para guerra. (2010, p. 109-110).

Na cronologia histórica, o Homo Sapiens é a espécie mais recente na evolução para o homem moderno. Esse ser habitou na terra cerca de 35 mil anos e possuía, dentre as suas características, um estereótipo forte e musculoso. O Homo Sapiens se destacou na pintura e, principalmente, na fabricação de utensílios e armas decoradas. Isso nos leva a crer que o grupo já desenvolvia táticas de defesa contra os animais selvagens e também em relação a outros grupos semelhantes do período.

---

diferem de outros momentos. A rapidez das informações e o avanço de novas tecnologias modificaram o modo de pensar e a maneira de viver das pessoas.

<sup>6</sup> Embora diversos autores afirmem que a violência seja um instinto natural e que os povos pré-históricos já se utilizavam desse meio, autores como: MONTAGU (1978) e NARVAZ e KOLLER (2006) apresentam álibis para convencer que não existia instinto violento nesses povos.

Dando um salto do período pré-histórico para as primeiras civilizações, podemos perceber marcas mais visíveis da brutalidade humana. Assim Como destaca Silva (2010):

Se pularmos do período pré-histórico para o chamado período civilizacional, ou como é mais conhecido, encontramos marcas indelével da violência, seja na antiguidade clássica com seus grandes pensadores, seja no obscuro período medieval, passando pelo iluminismo e chegando até as matanças em escala industrial do século XX. (Silva, 2010, p.34).

Durante o surgimento das primeiras civilizações, a marca da violência, os conflitos e a autodefesa foram mecanismos importantes para o crescimento dos grandes impérios. Para Murad (2006, p. 132) “a história da violência tem início com a própria história”. Esse autor afirma que as mitologias, tanto do ocidente como do oriente, trazem como enredo principal a violência em quase todas as tramas de enredo mítico.

A violência, pois, foi palco de diversas manifestações de poder e/ou em busca dele. Nas civilizações antigas como a Suméria, a Assíria, a Babilônia e a Egípcia, dentre outras, a formação de grandes exércitos, a construção de muros ao redor das cidades, a valorização dos homens pelo estereótipo, são marcas que revelam o medo da violência e a necessidade de demonstrar poder por meio da força.

Durante o período conhecido como história antiga ou antiguidade, diversos impérios foram construídos para defender ou expandir territórios. Como exemplo, podemos citar o Império Romano que, utilizando-se de conflitos armados, deixou milhares de mortos e destruição em massa de grandes centros urbanos.

Em uma época mais recente no calendário cristão, a sociedade se transformou. Houve a expansão da ideia de estado democrático, ocorreram mudanças na economia, na cultura, na religião e, principalmente, na estrutura social. É o que Adorno (2002) descreve:

A moderna sociedade e Estado democráticos floresceram, como se sabe, no contexto da transição do feudalismo ao capitalismo, na Europa ocidental entre os séculos XV e XVII. No curso desse processo, operaram-se transformações substanciais na economia, na sociedade, no estado e na cultura (Adorno, 2002 p. 272).

A Transição do Feudalismo para o sistema capitalista deu novos rumos para a estrutura política e social da sociedade moderna. O estado passou a ter o monopólio do poder nas esferas políticas e jurídicas, concentrou em suas mãos a força repressora, regulou a convivência por meio de leis e/ou normas, mas não foi capaz de modificar práticas antigas de violência presentes no meio da sociedade.

Durante a época moderna, diversos acontecimentos ajudam a entender que a criminalidade<sup>7</sup> sempre existiu. Podemos citar a revolução Francesa, que embora tenha deixado inúmeros legados importantes para sociedade atual (como a declaração dos direitos do homem e do cidadão), representou também momentos de terror. A fase da Revolução Francesa liderada pelos jacobinos, por exemplo, foi responsável por inúmeros massacres no período.

Na sequência do processo de “aperfeiçoamento”<sup>8</sup> humano, os indivíduos foram realizando novas descobertas, como o avião, a navegação, as máquinas e a tecnologia nuclear, dentre outras. Tais invenções, que deveriam ser utilizadas para melhorar o cotidiano das pessoas, passaram também a ser utilizadas em conflitos contra a própria humanidade. Isso ficou mais visível durante e após as grandes guerras mundiais, tendo se alastrado com maior intensidade nos dias de hoje.

Ao discutirmos o modelo de sociedade atual e sua relação com a violência urbana, é importante pensar quais são os principais tipos de violência que ocorrem na atualidade e o que de fato podemos perceber como sendo ato violento.

## **1.2 VIOLÊNCIA URBANA: CONCEITOS PRELIMINARES, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

Os termos criminalidade, insegurança e medo são utilizados, neste estudo, como conceitos reflexivos ao falar da problemática da violência urbana. Por criminalidade, de forma geral, podemos entender como sendo a prática de diversos crimes e/ou atos que sejam passíveis de punição na forma da lei. Lourenço (2013,)

---

<sup>7</sup> Michel Misse (2011) discute de forma mais ampla a relação entre criminalidade e violência.

<sup>8</sup> Utiliza-se o termo aperfeiçoamento como sinônimo de evolução do homem na sociedade. Para muitos estudiosos essa evolução é estudada em períodos e/ou estágios. Para mais sobre a temática ver: BRACE, C. Loring: Os Estágios da Evolução Humana. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1973.

ao fazer referência ao crime, discorre que “crime refere-se sempre a um determinado espaço social, a um determinado quadro normativo e naturalmente, a uma ordem econômica”. Assim sendo, a criminalidade está diretamente relacionada aos atos que ferem a legislação de um país ou a um conjunto deles.

Já a violência pode ser definida como o conjunto de ações que podem gerar constrangimento físico ou moral a um ou mais indivíduos. Verifica-se que há crimes que são cometidos com violência e que existem meios violentos que não constituem crimes. Por criminalidade podemos entender o conjunto de crimes que ocorre em determinadas localidades como, por exemplo, os crimes de homicídio em Goiânia, o que faz elevar a taxa de criminalidade.

Oliveira (2003) prefere definir violência como um ato que atinge diretamente o corpo, fisicamente, que age contra as pessoas. Essa também é uma definição utilizada pela Organização Mundial da Saúde e, ao que tudo indica, deve ser pressupostamente utilizada quando se trata de violência homicida e seus impactos na sociedade.

O termo violência segundo Levisky (1997), vem do latim violentia, possuindo, entre outros significados, o ato de violentar, constranger fisicamente ou moralmente. Esses atos estão espalhados por todo o espaço habitado e ocorrem a cada vez mais em grande proporção na zona urbana. Dentre os diversos tipos de violência e suas consequências, Levisky descreve:

O vandalismo, a delinqüência a prostituição, a perda de respeito pelo o privativo, pelos bens comuns da sociedade, a má qualidade das relações humanas tornam-se modelos de auto- afirmação e de contestação, conseqüentes, de um lado, á incorporação de objetos caóticos de identificação, e, de outro, num grito de desespero, em uma tentativa inconsciente de recuperar algo que foi perdido ou não adquirido durante o processo evolutivo, e que necessita, na adolescência, ser resgatado, se não pela a família, pela a sociedade (Levisky,1997, p. 19).

Levisky (1997), em seu livro *Adolescência e Violência*, estuda os atos violentos que ocorrem na sociedade e suas relações com a adolescência e propõe que, para uma sociedade menos violenta e mais humanizada, a coletividade e a família devem investir na base, ou seja, na adolescência, período que vai traçar a formação do indivíduo.

Misse (2011) também faz uma breve discussão sobre o conceito de violência. Segundo o autor, essa palavra possui significados diversos e pode ser interpretada de inúmeras maneiras. Assim destaca o autor:

[...] A violência, assim, passa a significar o emprego da força ou da dominação sem qualquer legitimidade. É violento aquele de quem se diz que não pode usar da força e a usa, ou aquele de quem se diz que abusa do poder que lhe fora conferido para usá-la em certas circunstâncias. É violento, enfim, aquele que usa a força para impedir o conflito e abafar toda resistência (Misse, 2011, p. X).

Quando discutimos os conflitos da atualidade e a vida urbana, fica fácil compreender o conceito de violência. De forma precoce, podemos afirmar que o espaço urbano é a localidade mais propícia para entender as diversas facetas que envolvem o significado da palavra violência. As transformações pelas quais as cidades vêm passando nos últimos séculos provocaram inúmeras práticas ilícitas entre os habitantes dessa espacialidade. Nessa lógica e na visão de Misse (2011) a violência urbana diz respeito:

[...] a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade tardia. Esses eventos podem reunir na mesma denominação geral, motivações e características muito distintas, desde vandalismo, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais de diferentes tipos, inclusive as não intencionais como provocadas por negligência ou consumo de álcool ou outras drogas (Misse, 2011, p. XI).

Trata-se, pois, de um conjunto de fatos que ocorre cotidianamente nas cidades<sup>9</sup>, principalmente nos grandes centros urbanos, proporcionando aos seus habitantes uma sensação de insegurança e medo de ocupar os espaços públicos em certas horas do dia. Quando falamos de violência, estamos relatando um dos principais males com que a humanidade convive hoje.

São inúmeras as referências sobre a questão da violência nas cidades. No Brasil, contudo, é muito difícil apontar todos os atos que se enquadram como violência, ainda mais levando-se em conta o mundo globalizado em que vivemos, com toda a sua velocidade de informação e circulação. Segundo Levisky (1997):

---

<sup>9</sup> É necessário destacar que fatos considerados como violentos também ocorrem na zona rural. Entretanto, é nas cidades que eles ganham maiores dimensões.



A velocidade e transitoriedade dos valores geram instabilidade, insegurança e favorecem as descargas impulsivas, as quais passam a fazer parte do cotidiano. A massividade das transformações dos parâmetros que regem os hábitos, normas e costumes, por meio dos seus códigos de ética, atropela a capacidade perceptiva, reflexiva, o senso crítico e a repressão eficaz dos impulsos indesejáveis para a vida social. (Levisky 1997, p. 21):

Ao discutir a violência, portanto, devemos estar embasados em alguns elementos concernentes a atos violentos. Assim, para a Rodrigues (2002):

Um caminho para tentar compreender a violência urbana em sua geograficidade é verificar se são violências contra as pessoas, contra a propriedade pessoal ou contra os meios de produção que muitas vezes, atingem pessoas, sejam as que ocupam terras, propriedades, sejam as que defendem. Contra as pessoas há pelo o menos dois grandes grupos: a violência doméstica e a violência da exclusão. Contra a propriedade são diversas as formas de expropriação da riqueza, que em geral, resultam na violência, Rodrigues: (2002, p. 78).

A violência ocorre, pois, das mais variadas formas e se qualifica em diversos graus. Na cidade, o crime letal tem geralmente um espaço delimitado onde ocorre com maior frequência, que são aqueles ocupados pelas classes sociais de baixo poder aquisitivo, geralmente nos bairros mais carentes de infraestrutura (as favelas, os cortiços, conjuntos habitacionais, invasões, etc.). Embora muitos estudos contestem essa relação (Por exemplo, Misse, 2011) é possível perceber que ela existe:

A tese que sustenta relações de causalidade entre pobreza, delinquência e violência está hoje bastante contestada em inúmeros estudos. No entanto, não há como deixar de reconhecer relações entre a persistência, na sociedade brasileira, da concentração da riqueza, da concentração de precária qualidade de vida coletiva nos chamados bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal (Adorno, 2002, p 7-8).

A tipologia do crime é definida de diversas formas e possui inúmeros determinantes, sendo os mais comuns os crimes contra a pessoa, contra o patrimônio, a honra, a administração pública, a dignidade sexual e, principalmente, o crime econômico. A incidência desses tipos de crimes gera o aumento da violência, seja ela letal ou não.

Neste esboço iremos focar a violência letal, em outras palavras, o crime de homicídio, mais especificadamente nos bairros Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico. Cano e Santos (2007, p. 10) veem relações entre o crime contra a propriedade, talvez um dos crimes mais comuns quando se trata de cidades que

obtiveram um considerável crescimento econômico, e o aumento dos homicídios. A violência é, pois, um meio necessário para perpetração desses crimes contra a propriedade, e um aumento na taxa de roubos, por exemplo, terminará provocando também um número maior de homicídios (Cano e Santos, 2007, p. 10).

Embora existam evidências que correlacionam o crime contra a propriedade e o aumento de homicídios, a maior parte dos crimes letais não resulta dessa modalidade de crime. Estudos revelam que os crimes de homicídio estão mais diretamente ligados a conflitos pessoais do que a outras ocorrências. Quando retratamos a distribuição espacial de homicídios, percebe-se que eles ocorrem em sua grande maioria entre os pobres e em bairros pauperizados. Ressalta-se que a população de classe mais elevada, quando parte para o mundo da criminalidade, geralmente busca crimes altamente lucrativos (desvio de dinheiro público, crimes de contravenção, máfias de jogos etc.). Já a classe pobre se engaja em delitos com menor potencial de lucro, como discute Cano e Santos (2007):

[...] a população muito pobre estaria mais propensa a se engajar no crime violento para poder garantir um padrão de vida mínimo. Enquanto os cidadãos de classe média que já alcançaram um certo nível de bem-estar estariam menos inclinados a fazê-lo com a mesma expectativa de lucro (Cano e Santos, 2007 p. 12)

Essa relação pobreza - criminalidade é apenas uma peculiaridade com pouco grau de comprovação, já que a falta de recursos financeiros não é um pressuposto para entrar no mundo do crime. Outra frente parte do pressuposto de que a população menos desprovida não possui recursos suficientes para se prevenir da violência e nem condições para habitar em bairros com grande infraestrutura de segurança. Essa é uma perspectiva teórica defendida por Cano e Santos (2007), segundo a qual a renda agiria como fator de proteção contra os crimes violentos.

De acordo com a análise de Cano e Santos (2007), os indivíduos de renda mais alta teriam menor probabilidade de serem mortos do que os de menor renda. Em outras palavras, os ricos podem gastar mais para se protegerem, enquanto os pobres estão mais vulneráveis para cometerem e serem vítimas da violência letal. Assim, as periferias das grandes cidades ficam, geralmente, desprovidas de infraestrutura básica e de investimentos por parte do setor público. Por outro lado, os

bairros com concentração maior de pessoas de alto ou médio poder aquisitivo esbanjam do capital para suprirem as falhas dos administradores públicos.

Na literatura sobre a temática, muito se discute sobre a relação criminalidade e marginalidade. O termo criminalidade, segundo, o dicionário Aurélio de língua portuguesa, diz respeito à natureza ou estado do que é criminal. Em outras palavras, o dicionário completa como sendo o conjunto de atos criminosos cometidos em um meio dado, tendendo a crescer nas cidades superpovoadas. Também sobre a conceituação de marginalidade Coelho (1978) destaca:

[...] independentemente das sutilezas semânticas, o referente empírico dos termos é geralmente o mesmo: a população marginal é aquela constituída pelos que se encontram em situação de desemprego, subemprego ou pobreza (Coelho, 1978, p. 140).

A utilização desses dois termos é comum no cotidiano da população brasileira. Percebe-se que há uma grande dificuldade de distinguir o significado deles no linguajar popular, já que muitos consideram criminalidade e marginalidade como sinônimos. De forma sucinta, podemos afirmar que marginalidade é predominantemente urbana e diz respeito à diferenciação social que proporciona condições sociais opostas ao morador da cidade. Já criminalidade não possui um espaço delimitado para sua ocorrência.<sup>10</sup>

A violência no espaço urbano está, pois, relacionada a diversos fatores, como marginalidade, uso e venda de drogas, capacidade de recuperação carcerária, políticas sociais, superpovoamento, desenvolvimento econômico, participação do estado no tocante à garantia dos direitos dos cidadãos, ou seja, direito à saúde, educação, lazer, segurança etc. A ausência ou a presença de alguns desses fatores pode contribuir para o aumento ou não dos atos de criminalidade no espaço urbano.

O nível de espacialidade das cidades (tamanho) e a concentração populacional também contribuem para o aumento da criminalidade e, conseqüentemente, da marginalidade. Percebe-se que as desigualdades sociais

---

<sup>10</sup> Vale ressaltar que existe uma grande massa populacional de marginalizados no campo, mas, sem sombra de dúvidas, a cidade torna-se o espaço com maior predominância de marginais. Edmundo Campos Coelho, no artigo intitulado: "A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade", afirma que "O que faz da marginalidade um fenômeno urbano é o número absoluta de marginais que vivem nas cidades" (Coelho, 1978, p. 140).

estão mais presentes (em relação à população geral) nas cidades maiores, se comparada a outros municípios. Como justificativa, podemos utilizar as palavras de Coelho (1978, p. 142), quando afirma que “via de regra, as desigualdades de renda se tornam mais pronunciadas à medida que cresce o tamanho urbano, e os mercados de trabalho mais reduzidos e restritos aos pobres”.

Os diversos tipos de violência mencionados fazem com que o espaço urbano seja cheio de contradições, o que deixa a vida nas cidades cada vez mais precária, como observa Silva (2002):

Há uma progressiva perda, então, do sentido da vida coletiva. Seu corolário é o aumento da intolerância, da sensação de insegurança, além da dificuldade em incorporar uma ética de responsabilidade em relação ao espaço público. Essas posturas tornam-se o alimento de múltiplas formas de violências na cidade: educacionais, culturais, sexuais, econômicas, físicas etc. Violências produzidas/ produtoras do esgarçamento do tecido social. Fenômeno que torna a qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras cada vez mais precárias (Silva, 2002, p. 88).

No espaço urbano, dadas as características do sistema capitalista que prima pelo individualismo, a vida em comunidade parece ter perdido o sentido, conforme Silva (2002) menciona acima. As pessoas acreditam que não precisam mais da companhia uma das outras e, como essa postura, abrem espaço para que ocorram os mais bárbaros atos de violências, tanto na família como no convívio com os demais membros da sociedade.

Observa-se que, na morfologia espacial urbana atual, fica cada vez mais visível a formação de dois espaços em uma mesma cidade. Um, onde o poder do capital proporciona criação de mecanismos de defesa contra as diversas formas de violência que cercam os cidadãos, através dos condomínios fechados, das cercas elétricas, da segurança privada etc., que se tornam um tipo de segregação; o outro, sem o capital, que fica à mercê do poder fracassado que o estado tem demonstrado ultimamente. Como podemos observar a seguir:

[...] As pessoas com mais posses se trancam ou mudam de cidade e, nestes espaços fechados e privatizados, os pobres são proibidos de entrar, já que há guarda em todos os portões de acesso. Aqueles que não têm dinheiro podem ser comparados aos sem 'passaportes', uma classe a ser banida. Desaparece a cidadania – a noção de responsabilidade compartilhada por um ambiente – e a vida na cidade torna-se dividida, com os ricos situados em territórios protegidos e os pobres fechados em guetos

ou favelas. As cidades foram originalmente criadas para celebrar o que temos em comum. Agora, são projetadas para manter-nos afastados uns dos outros. (Rogers, 2001, p11).

É interessante analisar que mesmo os que detêm o capital não conseguem se livrar muitas vezes dos atos de violência; por outro lado, talvez sejam essas classes também responsáveis pelo o aumento dessas contradições.

Se fizermos uma análise do processo desigual de uso e ocupação do solo nas cidades ultimamente, podemos perceber que a cada dia os deveres do poder público são passados para a iniciativa privada. Os habitantes das áreas de maior concentração de capital (condomínios, bairros boêmios, apartamentos de luxos etc.) têm geralmente recebido do poder público maiores investimentos, mas muitas vezes eles mesmos fazem tal investimento para suprir suas necessidades.<sup>11</sup> Sendo assim, uma pequena parcela da população urbana consegue suprir esse vazio. Por outro lado, a grande maioria (a classe baixa) fica a sofrer com os atos que o próprio modelo de sociedade criou, ou seja, os diversos tipos de violências.

Portanto, ao discutirmos a cidade do ponto de vista dos conflitos sociais, abre-se espaço para uma gama de fatores que cabe aos estudiosos desta área analisar e compreender. Conflitos sociais são entendidos como pressupostos que geram violência, seja pela ausência de conforto ou pela frustração em verificar a ampla desigualdade social em um determinado meio (falta de moradia, alimentos, saúde, educação etc.).

A cidade possui, pois, um estilo de vida diferente da do campo, e tal fato tem provocado mudanças nas relações entre seus moradores e com o espaço vivido, o que tem contribuído para o aumento da violência e da concentração de renda.

### **1.3 O ESTILO URBANO E AS DIVERSAS FACES DA VIOLÊNCIA**

O indivíduo urbano tem um estilo de vida próprio da cidade. Eles se agrupam formando um tecido urbano diferente, levando em conta as particularidades sociais,

---

<sup>11</sup> É fácil perceber que a infraestrutura dos setores habitados pela classe alta é totalmente diferente daquela presente nos de classe baixa. Para uma breve análise, basta avaliar as vias de fluxos e a paisagem urbana que estão próximas aos condomínios de classe alta nos grandes centros urbanos. Como exemplo, cita-se Goiânia.

econômicas e culturais de cada habitante ou do conjunto deles. A vida na cidade desenvolve características diferentes daquela não urbana. O estilo e a liberdade urbana têm um preço que vai de acordo com o poder de compra dos seus moradores.

O próprio desenho da infraestrutura urbana já demonstra uma forma de discriminar os moradores de determinadas regiões nas cidades. O acesso ao capital por parte de alguns moradores provoca a divisão da cidade em classes sociais. Isto, nas palavras de GULLO (1998), contribui para disseminação da violência urbana:

A mercantilização do espaço urbano é um fator fundamental para discriminar os moradores de determinadas regiões, que se contrapõe a outras regiões caracterizadas por bolsões onde se desenvolvem estilos de vida diversos e competitivos. O confronto de estilos de vida opostos dá lugar às lutas urbanas e entre as diferentes classes sociais como ponto de partida para o conflito que caracteriza violência urbana (GULLO, 1998, p. 113).

No sentido figurado, o indivíduo urbano é caracterizado como cortês, afável, bem-educado e civilizado. No entanto, a vida na cidade tem demonstrado fatos opostos: a liberdade individual altera a do coletivo, a busca por status sociais e os avanços tecnológicos tornam o homem solitário, a segregação espacial separa as classes por meio do poder e, assim, a cidade se torna a sede da mais elevada divisão socioeconômica.

Simmel (1979, p.22) ao discutir o fenômeno urbano em seu artigo *A Metrópole e a Vida Mental*, afirma que “as cidades são sede da mais alta divisão do trabalho”. Os moradores da cidade se especializam para atender à demanda do consumidor e o resultado do seu trabalho gera proventos que proporcionam e diferem o modo de vida da população. Simmel (1979), sobre o homem urbano, ainda afirma:

É um fator decisivo que a vida na cidade transformou a luta com a natureza pela vida em uma luta entre os homens pelo lucro, que aqui não é conferida pela natureza, mas pelos outros homens. (Simmel, 1979 p, 22).

O autor chama atenção para as perdas de valores humanos em busca do capital. Diante das diversidades de interesses e da individualização dos homens, viver o urbano tem proporcionado inúmeros conflitos sociais. Ainda assim, a vida

urbana atual confere novos estilos que levam muitos indivíduos a largarem o espaço rural em busca de vivenciá-los nas cidades.

Nas sociedades primitivas, a percepção da violência se dava quando os indivíduos mais aptos (fortes, saudáveis etc.) se tornavam os defensores dos demais. Na sociedade atual, esse mecanismo é visto na medida em que certos grupos formam cartéis, bandos paramilitares ou ainda máfias, desafiando as leis e o controle repressor do estado. Na atualidade, portanto, esses conflitos ganham dimensões distintas dos fatos que ocorriam no passado. Na modernidade,<sup>12</sup> os motivos que levam os indivíduos a cometerem atos violentos diferem, por exemplo, do período em que os revolucionários lutavam contra a exploração do trabalho, pela liberdade de expressão, contra a dominação política, econômica e cultural, dentre diversas outras manifestações.

Wieviorka (1997, p. 07) entende que a violência atual está ligada à relação social, à ausência de relação conflitual, à exclusão social carregada de desprezo cultural ou racial. Na opinião desse pesquisador sobre o assunto, toda essa situação acarreta o sentimento de frustração e de raiva, que alimenta os conflitos urbanos nos dias de hoje. Outra marca das relações conflituosas atuais é o caráter internacionalizado em que elas têm ocorrido. No mundo pós-guerra, podemos perceber que a globalização alavancada pela mundialização da economia contribui para disseminação de uma violência globalizada, tendo em vista que muitos grupos formaram redes de crimes organizados que vêm se perpetuando pelo mundo.

Dentre os fatores que propiciam mudanças nas características dos atos violentos que ocorrem nos centros urbanos atuais, merece destacar o enfraquecimento do poder do estado contemporâneo. Com a internacionalização da economia, o estado perdeu, em diversas situações, o controle social, deixando as decisões por conta do capital e delegando deliberações para a iniciativa privada.

---

<sup>12</sup> - O termo modernidade é aqui visto como mudanças no cenário geopolítico atual, onde a mundialização da economia aliada à globalização tem proporcionado ao homem conhecer novos espaços e obter novos aparatos tecnológicos, dentre outros, que diferem de outros momentos históricos. Ressaltamos que atualmente ainda existem conflitos revolucionários, como os que ocorrem em diversos países do Oriente Médio e da África, mas em contextos diferentes. Para mais sobre o assunto, ver SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização: do Pensamento Único à Consciência Universal. Rio de Janeiro, Record, 2000.



Como exemplo do enfraquecimento da atuação do estado, podemos citar o tráfico internacional de drogas, a perda do território para grupos armados (como ocorre em favelas no Rio de Janeiro), a violência provocada pelos próprios agentes do estado, entre inúmeras situações que demonstram a incapacidade dos estados-nações atuais gerirem em sua totalidade o controle do seu território. Por outro lado, a maneira como a população vive e o seu local de moradia demonstram uma forma visível de violência presente na zona urbana.

#### **1.4 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL COMO FORMA VISÍVEL DE VIOLÊNCIA URBANA**

Um dos primeiros contrastes que se percebe na vida urbana é a segregação espacial. A respeito desse processo Cavalcanti, (2001) diz:

[...] é um processo fundamental da estruturação do espaço intra-urbano. Seu estudo é importante para a análise da cidade na sua relação com a cultura, com o exercício da cidadania, com a vida cotidiana” (Cavalcanti, 2001, p.69)

Segregação socioespacial pode ser entendida como o processo de localização diferenciada das classes sociais no espaço urbano. Tal processo ocorre devido à capacidade econômica que alguns indivíduos possuem de pagar pela sua residência em um local diferenciado. É importante ressaltar que o termo segregação tem diversas vertentes e é utilizado para exemplificar fenômenos de cunhos diversos na cidade. No geral, podemos relacionar o conceito de segregação socioespacial à desigualdade de acesso a determinadas infraestruturas urbanas.

A paisagem mais visível de segregação socioespacial na atualidade são os condomínios de luxo. Esses empreendimentos refletem um tipo de violência (não letal, em sua maioria, mas com grande poder de proteção dos seus moradores) muito predominante nas grandes cidades e nas principais regiões metropolitanas do país. Nesse sentido, o estudo da cidade não deve proceder sem que possamos analisar o processo de segregação. Segundo Ribeiro (2005, p. 65) “toda sociedade tende ao aumento da diferenciação social e a traduzir tal processo na organização do espaço da cidade, podemos pensar que em toda sociedade haverá uma segregação espacial.” Para esse autor, a segregação espacial ocorre mediante a existência da



diferença social que prevalece naturalmente na sociedade, sendo que a cidade é o local mais propício e percebível para desenvolver esse processo.

Ainda sobre a segregação, Ribeiro (2005, p. 66) afirma que ela existe sob diversas óticas: “Segregação decorre da relação entre a forte concentração territorial de determinados grupos e os processos de exclusão e abandono sociais”. Segue o autor: “Como diferença de localização de um grupo em relação aos outros grupos e segregação como chances desiguais de acesso aos bens materiais e simbólicos materializados na cidade”.

Diante dessas perspectivas de análise sobre o que vem a ser o processo de segregação, podemos entender que ele a cada dia, principalmente a partir do desenvolvimento do sistema capitalista, ganha mais visibilidade, como dizem Moysés e Bernardes (2005) quando tratam da expansão do mercado de sistema de segurança privada:

E essa tendência se expressa por meio da expansão do mercado que comercializa vários sistemas sofisticados de segurança (grades, muros altos, cães amestrados e ferozes, cerca elétricas, circuito fechado de TV), além do pujante mercado imobiliário voltado para os possuidores de renda alta. (Moysés e Bernardes, 2005, p.173).

À medida que a sociedade segrega, o estado vai deixando de lado o seu papel de cumprir com as obrigações que são de sua responsabilidade; por outro lado, a própria população se vê obrigada a cada dia mais se segregar em espaço que possa oferecer maior comodidade. Esses fatores ocorrem por diversos motivos, dentre eles a falta de participação do estado no auxílio ao desenvolvimento de sua sociedade. Existe, assim, um conjunto de fatores que podem ser observados dentro de uma lógica de segregação, mas a modalidade de habitar é a mais percebível e a que mais interfere no processo urbano.

Várias modalidades de habitar interferem nas formas urbanísticas da cidade, no desenho arquitetônico e nas dimensões sociopolíticas, no que tange ao direito à cidade, como processo coletivo de apropriação desigual, ocasionando a privatização do espaço público, privatização da segurança, de infra-estrutura básica, e, conseqüentemente, os processos de isolamento e uma aparência de ‘autonomização’ com relação à cidade. (Moysés e Bernardes, 2005, p.175).

O processo de segregação pode ser entendido de um modo geral como forma de exclusão ou diferenciação de classes sociais. De um lado, encontram-se seres habitando ou dispondo das melhores condições, enquanto do outro lado, a classe oposta vive em meio à exclusão. Neste sentido, para Villaça (2001), existem variadas formas de segregação, porém as duas mais conhecidas são:

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole Brasileira é o do centro x periferia. O primeiro dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas as classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos os excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão. (Villaça, 2001, p. 143).

O processo de segregação é um dos principais elementos do chamado conflito urbano, porém podemos analisar outros elementos ou situações que podem ser caracterizados como problemas que a comunidade urbana vem enfrentando ao longo do seu processo de existência. Nessa linha de raciocínio, um outro elemento é a valorização do espaço urbano.

Para habitar na cidade é preciso obter o capital, já que o solo urbano tem seu valor. Logo, é necessário que se tenha o poder de apropriação da terra, que é uma mercadoria. Neste sentido, aqueles que não se encaixam nessa modalidade ou classe social acabam sendo excluídos ou vivendo à margem do espaço. Essa situação pode ser observada dentro da cidade, onde quem possui maior poder de compra concentra-se nas áreas que lhe oferecem melhor qualidade de vida; por outro lado, essas áreas têm maior valorização.

Para ter-se acesso a um pedaço de terra é necessário pagar por ele (através da venda ou do aluguel) pelo o fato de que, na sociedade atual, o uso é produto das formas de apropriação (que tem na propriedade privada na sua estância jurídica). O preço é expressão do seu valor. O valor do uso é o sustentáculo conceitual do tratamento geográfico dos problemas de uso do solo. Todavia, a teoria do uso do solo urbano deve ser analisada a partir da teoria do valor, fundamentada na unidade entre valor de uso e valor de troca (Carlos, 1999, p. 47).

Como a terra é uma mercadoria, e a cidade é o lugar onde se materializa o processo de trocas, logo o espaço urbano vai ser apropriado, ou seja, será um espaço de propriedade de alguém. Nesse sentido, Carlos (1999, p. 48) afirma que o “uso da cidade remete-nos à análise das relações sociais de produção. O mercado será o elo, os seus mecanismos determinarão a garantia de acesso à propriedade

privada, pela possibilidade de pagamento do preço da terra.” Sobre a valorização, ela apresenta os fatores que determinarão o preço da terra:

Os fatores que determinarão à formação do preço vinculam-se principalmente à inserção de determinada parcela do espaço urbano global, tendo como ponto de partida a localização do terreno (por exemplo, o bairro), o acesso aos lugares ditos privilegiados (escolas, shopping, centros de saúde, de serviços, lazer, áreas verdes, etc.), a infra-estrutura (água, luz, esgoto, asfalto, telefone, vias de circulação, transporte) a privacidade; e; secundariamente, os fatores vinculados ao relevo que se refletem nas possibilidades e custos da construção, (Carlos, 1999, p. 48).

Outra autora que trabalha nessa lógica é Rodrigues (1988), que analisa o processo contraditório do valor e do uso solo urbano:

Novamente se coloca em questão; os moradores que menos podem pagar vão comprar lotes mais distante, em lugares que atendem às exigências de lei; vão Ter percorrer longas distâncias, gastar mais em transporte-tempo e dinheiro; vão Ter organizar-se, lutar pelo reconhecimento de sua propriedade e com seu trabalho conquistar um direito de morar pelo menos mais dignamente (Rodrigues, 1988, p.27).

Com a especulação imobiliária em alta, o solo urbano deixa de exercer sua função social, que é garantir o uso da propriedade urbana em prol dos interesses sociais. Essa é uma realidade percebível na maioria das cidades brasileiras, onde há uma acumulação de terrenos vazios à disposição do capital imobiliário. O resultado desse processo são as mudanças nas paisagens urbanas, como pode ser observado nas palavras de Júnior (2008):

Favelas, ocupações, cortiços são uma realidade no cenário brasileiro que contradizem a dignidade humana, formas de moradia que não tem muitas vezes as condições higiênico-sanitárias necessárias, não possuem os serviços prestados pelo estado como saúde, energia e água tratada (Júnior, 2008, p. 28).

Sem condições para morar em lugar digno, muitos habitantes da cidade passar a viver em lugares insalubres e expostos aos diversos tipos de violência. Esse fato tem contribuído para os bairros mais pobres apresentarem altas taxas de criminalidade, com destaque para os homicídios e tentativas de homicídio.

Sendo o processo de valorização do solo na cidade e suas consequências um conflito urbano, é interessante trabalharmos com outro fator, a violência, que é um elemento bastante discutido e está sempre presente no dia a dia da sociedade.

O aumento elevado da criminalidade urbana tem provocado inúmeros debates e estudos em diversos segmentos da sociedade. Por outro lado, diversas explicações são debatidas para justificar tais acontecimentos. Dentre elas, podemos analisar a atuação dos órgãos de segurança pública para conter e punir os crimes contra a vida e contra o patrimônio.

Buscou-se, nesse trabalho, discutir a violência urbana por meio de referências que estudam essa temática. É importante salientar que esse fenômeno possui causas e consequências previsíveis, sendo o espaço urbano fator determinante para sua ocorrência.

A violência também é um fato histórico, já que são apontados diversos relatos de acontecimentos que datam do surgimento do homem. No entanto, só após os avanços da chamada modernidade é que tem ganhado maior notoriedade. Nos capítulos seguintes, pretende-se verificar como a violência urbana tem causado consequências irreparáveis para a sociedade brasileira, de forma mais contundente na cidade de Goiânia- GO. Também será feita uma análise, ainda que superficial, da Região Metropolitana de São Paulo, abordando os principais fatores que são apresentados como pressuposto para a redução da criminalidade letal naquela espacialidade. Por outro lado, pretende-se verificar o que ocorreu na RM de Salvador e na cidade de Goiânia.

## **CAPÍTULO II - A VIOLÊNCIA ACOMPANHA O RASTRO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO**

A violência encontra-se presente na vida dos brasileiros, e o medo de ser vítima de algum tipo de crime é uma das maiores preocupações dos moradores do espaço urbano. Ela é visível no cotidiano dos cidadãos e tem apresentado nas últimas décadas crescimento elevado em todas as regiões do País, disseminando o medo e a insegurança e provocando mudança nas relações de convivência. De forma geral a violência está mais presente entre os jovens, tendo como principal causa o uso e a venda de drogas, o que gera pânico na população e desestrutura os laços familiares.

Ao que tudo indica, a globalização tem contribuído para o aumento dos atos criminosos nas grandes e pequenas cidades do Brasil e do mundo, tendo em vista que esse fenômeno vem provocando o aumento da desigualdade social, a ampliação da fome, da miséria, do desemprego e, principalmente, o aumento da violência, que passa a ser vista em escala global. Nas palavras de Weyrauch (2011, p 9), “a globalização generaliza a urbanização e com elas rompem-se os limites entre o público e o privado, deixando a casa um espaço de produção e a rua um espaço dormitório e de circulação de mercadoria”.

Os moradores das cidades já não circulam mais nos espaços públicos com toda a tranquilidade de algumas décadas atrás. Também convivem com a insegurança mesmo dentro do seu espaço privado (sua casa), nos supermercados, bancos, igrejas, praças, calçadas, dentre outros lugares. É possível perceber que a moradia urbana parece mais uma prisão, com cercas elétricas, muros altos, câmeras, grades, animais, portões elétricos e seguranças privados entre outras maneiras, ante o medo da criminalidade. Nessa linha de raciocínio Weyrauch (2011) complementa:

O aumento da criminalidade faz com que a cidade se enclausure, encha-se de grades nos edifícios e nas praças; nas casas, as trancas transformaram-se em verdadeiras fortalezas. As ruas territórios de trabalho dos excluídos, são também de roubos, sequestros e crimes de todos os tipos (Weyrauch, 2011 p. 9).

A população carente, na sua grande maioria, não consegue estruturar seu espaço privado com todos os equipamentos de segurança que podem ser empregados para inibir os atos criminosos, mas a presença do muro é comum e tradicionalmente utilizada. Já a classe alta segrega-se em “enclaves fortificados” (conforme Caldeira, 2000), com direito a conviver com pessoas da mesma classe social e a ser vigiada 24 horas por segurança privada e mecanismos diversos. O contraditório de tudo isso é que tanto os pobres como os ricos estão diretamente expostos à ampla gama de criminalidade que vem desestruturando a convivência urbana, embora os pobres estejam, logicamente, mais vulneráveis.

Diversas produções acadêmicas já utilizaram como objeto de estudo a violência urbana<sup>13</sup>, pois essa é uma temática presente no imaginário e no real da população em todos os lugares do mundo. Alguns espaços apresentam situação mais grave com índices alarmantes; em outros, essa problemática encontra-se em fase de expansão, provocando grandes impasses sociais, como avalia Waiselfisz (2011):

Já colocávamos em estudos anteriores que o contínuo incremento da violência cotidiana configura-se como aspecto representativo e problemático da atual organização da vida social, especialmente nos grandes centros urbanos, manifestando-se nas diversas esferas da vida social. A questão da violência e sua contrapartida, a segurança cidadã, têm-se convertido em uma das principais preocupações não só no Brasil, mas também nas Américas e no mundo todo, como o evidenciam diversas pesquisas de opinião pública (Waiselfisz, 2011- p. 11)

O que Waiselfisz discute em diversas obras intituladas de mapa da violência no Brasil é o incremento gradativo da criminalidade nos grandes centros urbanos e, atualmente, também em cidades consideradas pacatas e interiorana. Talvez essa seja uma das maiores preocupações da população urbana no Brasil, ao se deslocar cotidianamente em vias públicas e em diferentes horários.

Os dados que serão apresentados levarão em conta as seguintes variáveis: o número de homicídios nas Regiões Metropolitanas do Brasil (dados extraídos do

---

<sup>13</sup> Um livro organizado por Dalva Borges de Souza, intitulado Violência Urbana em Goiás: Práticas e representações, no ano de 2011, apresenta uma coletânea de artigos que discutem a violência urbana e suas representações. Andrade e Diniz (2013) discutem a violência urbana com base na distribuição espacial dos homicídios e a tese da interiorização da violência. Waiselfisz (O mapa da violência urbana de 1998 a 2011) traz uma série de dados que demonstram que a violência tem ganhando novas espacialidades também nos pequenos centros urbanos.

Mapa da Violência Urbana e do Ministério da Saúde - sistema de informações sobre mortalidade), as referências bibliográficas sobre a temática, bem como os índices que demonstram aumento no crescimento econômico das RMs de São Paulo e Salvador e da cidade de Goiânia, tendo como suporte a renda per capita e o PIB - Produto Interno Bruto (com ênfase na cidade de Goiânia), com dados extraídos do PNDU (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) por meio do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

O estudo abordará de forma superficial as Regiões Metropolitanas (RMs) de São Paulo e Salvador e, de forma mais abrangente, a cidade de Goiânia. Ao longo da discussão, pretende-se relacionar fatores que possam justificar o aumento ou a redução da violência, levando em conta que o aumento da criminalidade gera prejuízos econômicos e sociais e muda o cotidiano da população urbana.

A escolha da RM de São Paulo se deu porque na última década reduziu em mais de 70% o índice de homicídios (um dos crimes mais chocantes dentre as diversas formas de mortalidade); já o contrário ocorreu com a RM de Salvador, que teve um incremento assustador no índice de mortalidade homicida. Pretende-se verificar as correlações que possam existir entre a questão da violência nas duas regiões metropolitanas e no caso específico de Goiânia.

## **2.1 REGIÕES METROPOLITANAS E OS IMPASSES DA VIOLÊNCIA**

Atualmente percebe-se o elevado número de atos criminosos que ocorrem nas grandes capitais ao longo do espaço territorial brasileiro. Em cidades com número menor de habitantes, os índices de criminalidade, com assaltos, homicídios, latrocínios e acidentes de trânsito, também aumentaram.

Os conceitos são importantes no estudo do espaço urbano. Assim, temas como conurbação, hierarquia urbana, segregação espacial e metropolização, dentre outros, são constantemente utilizados quando o assunto é a organização estrutural das cidades. Com o advento da urbanização no mundo e especificamente no Brasil, novas palavras foram introduzidas para explicar os fenômenos oriundos do crescimento urbano. Dentre elas, podemos citar a metropolização.

Por metropolização podemos entender o arranjo espacial de várias cidades interligadas por vias terrestres, fluxos de pessoas, transportes coletivos, conexão com redes hospitalares, universidades, serviços etc. No Brasil, esse processo ocorre geralmente nas proximidades da maioria das capitais e de grandes centros comerciais/industriais, mas a origem desse termo remete aos gregos, conforme descreve Freitas (2009):

Metrópole é um termo que remonta aos gregos, referindo-se a uma cidade mãe (área urbana de um ou mais municípios) que exerce forte influência sobre o seu entorno, polarizando em si complexidade funcional e dimensões físicas que a destacam numa rede de cidades e no cenário regional. Na sua origem latina, o termo refere-se à capital ou à principal cidade de uma província, de um estado ou de uma região (Freitas, 2009, p 45).

As regiões metropolitanas vão surgindo de forma natural, à medida que o desenvolvimento urbano acelera-se e a busca pelas cidades cresce. Assim, os municípios menores aumentam suas malhas urbanas na direção das cidades maiores. Esse processo vai aumentando de acordo com a oferta de emprego, educação, saúde e lazer, entre diversos outros elementos.

No Brasil, o crescimento econômico evidenciou-se principalmente em meados do século XX. Kleinschmitt, Lima & Wadi, (2011) afirmam que entre 1940 e 1980 o PIB do Brasil teve um crescimento médio de 7% ao ano. Esse crescimento econômico fez com que aumentasse o número de regiões metropolitanas e, conseqüentemente, o deslocamento populacional. Nesse período, a maioria da população deixou de habitar o campo para viver nos centros urbanos. Segundo Freitas (2009) essa tendência ocorreu na região de São Paulo e Rio de Janeiro, no entanto foi a região metropolitana de Porto Alegre a primeira a ser formada e institucionalizada em 1968, com 13 municípios, pelo governo Gaúcho. Posteriormente, pela lei federal nº 14, de 1973, foram criadas oito regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. No ano seguinte foi a vez do reconhecimento e formação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Segundo estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles, até 31 de março de 2010 existiam no Brasil 35 Regiões Metropolitanas<sup>14</sup> (RMs) espalhadas pelo país e três Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômica (RIDEs<sup>15</sup>). O IBGE faz distinção entre regiões de primeiro e segundo nível. Dentre elas, 11 regiões são consideradas como de primeiro nível (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, e São Paulo, acrescentando-se a Região de Desenvolvimento Integrado de Brasília). As demais pertencem à segunda hierarquia.

O espaço metropolitano brasileiro carrega em seu bojo um crescimento rápido e sem planejamento, fato que tem tornado a vida na cidade contraditória. O desejo de acompanhar as mudanças estruturais que ocorreram no mundo inteiro (revolução tecnológica e científica, acesso a bens urbanos, difusão da internet e das mídias, busca pelo consumo etc.), em especial a partir da década de 1980, despertou um processo de migração das pequenas e médias cidades, bem como da zona rural, para os espaços mais polarizados da malha urbana do país, ou seja, para as cidades maiores e as regiões metropolitanas.

Como exemplo do acelerado crescimento das regiões metropolitanas no país, apresentamos na Tabela I a RM de Goiânia em 2000 e 2010, tendo por base o número de habitantes. Entre os censos de 2000 e 2010 houve um incremento de mais de 24% no número de habitantes do conjunto de cidades que compõem a RM de Goiânia- GO. Algumas viram sua população aumentar em mais de 80%, como no caso de Goianira; em outras, o número de habitantes quase que estagnou, como em Goianópolis, que em 10 anos teve um aumento de apenas 24 habitantes. Aliado a isso, podemos perceber um elevado aumento de homicídios e da criminalidade em

---

<sup>14</sup> A criação de região metropolitanas no Brasil vive em constantes mudanças, tendo em vista que a partir da Constituição de 1988 a responsabilidade pela criação das RMs passou da União para as Unidades Federativas (§ 3º do Artigo 25.1).

<sup>15</sup> As RIDEs são Regiões integradas de Desenvolvimento Econômico. Essas regiões metropolitanas incluem municípios de mais de uma unidade federativa. O principal objetivo da criação dessas regiões é concentrar esforços para o desenvolvimento econômico dos municípios membros. Segundo o IBGE, no Brasil existem três RIDEs: Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal, que inclui o DF e mais 19 municípios de Goiás e Três de Minas Gerais; Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Terezina, que inclui 12 municípios do Piauí e 1 do Maranhão; e a região Administrativa de Desenvolvimento do Polo de Petrolina e Juazeiro, que engloba 5 municípios de Pernambuco e 4 da Bahia.

geral na maioria desses municípios, o que nos leva a crer que esse aumento populacional tem impactos sobre o crescimento da violência.

**Tabela I - Número de habitantes das cidades que compõem a Região Metropolitana de Goiânia em 2000 e 2010.**

<b>Cidade</b>	<b>População Total em 2000</b>	<b>População Total em 2010</b>	<b>Incremento em número de habitantes</b>
Abadia de Goiás	4.971	6.876	1.905
Aparecida de Goiânia	336.392	455.657	119.265
Aragoiânia	6.424	8.365	1.941
Bela Vista de Goiás	19.210	24.554	5.344
Bonfinópolis	5.353	7.536	2.183
Brazabrantes	2.772	3.232	553
Caldazinha	2.859	3.325	466
Caturaí	4.330	4.686	356
Goianópolis	10.671	10.695	24
Goiânia	1.093.007	1.302.001	208.994
Goianira	18.719	34.060	15.341
Guapo	13.863	13.976	113
Hidrolândia	13.086	17.398	4.312
Inhumas	43.897	48.246	4.349
Nerópolis	18.578	24.210	5.632
Nova Veneza	6.414	8.129	1.715
Santo Antônio de Goiás	3.106	4.703	1597
Senador Canedo	53.105	84.443	31.338
Terezópolis de Goiás	5.083	6.561	1.478
Trindade	81.457	104.488	23.031
<b>Total</b>	<b>1.743.297</b>	<b>2.173.141</b>	<b>429.844</b>

Fontes IBGE- Censos demográficos. Elaboração: autor (2015).

Embora na Tabela II seja possível verificar uma leve queda na taxa de homicídios na maioria das RMs na última década, esses números ainda são alarmantes. Só no ano de 2000, 31.671 pessoas foram vítimas de homicídios; entre 2001 e 2004, houve ascensão no número de vítimas; a partir de 2005, esse quantitativo teve uma leve queda.

**Tabela II – Número de homicídios por Região Metropolitana. Brasil. 2000/2010.**

RM	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	Δ%
MANAUS	490	403	421	479	436	514	583	604	704	797	916	86.9
BELEM	339	398	491	558	584	837	834	803	1,166	1,150	1,639	383.5
MACAPA	152	159	166	167	153	157	156	148	177	141	225	48.0
SÃO LUIS	144	254	215	305	336	321	342	415	477	584	610	323.6
TERESINA	183	184	223	233	220	263	308	264	250	252	285	55.7
FORTALEZA	781	759	860	849	875	992	1,090	1,267	1,232	1,233	1,514	93.9
NATAL	113	161	144	208	159	204	229	312	391	449	363	221.2
JOÃO PESSOA	261	302	346	364	323	414	433	508	551	705	814	211.9
RECIFE	2,577	2,877	2,534	2,666	2,591	2,632	2,666	2,680	2,553	2,216	1,868	-27.5
MACEIÓ	389	535	590	595	635	703	1,011	1,062	1,141	1,012	1,165	199.5
ARACAJU	231	346	335	304	287	280	332	272	302	354	345	49.4
SALVADOR	359	605	703	958	982	1,372	1,576	1,787	2,385	2,481	2,129	493.0
BELO HORIZONTE	1,254	1,416	1,790	2,386	2,756	2,474	2,306	2,225	2,018	1,822	1,680	34.0
RIO DE JANEIRO	6,074	5,980	6,876	6,475	6,065	5,610	5,773	4,855	4,040	3,703	3,097	-49.0
SÃO PAULO	11,321	11,214	9,855	9,517	7,378	5,613	5,028	3,812	3,625	3,535	3,038	-73.2
CURITIBA	694	770	839	1,042	1,163	1,313	1,381	1,329	1,655	1,880	1,804	159.9
FLORIANÓPOLIS	63	90	133	172	184	170	155	140	162	163	162	157.1
PALEGRE	1,002	1,006	1,078	1,095	1,138	1,151	1,103	1,364	1,485	1,319	1,172	17.0
CUIABÁ	420	467	351	338	301	316	336	318	361	365	361	-14.0
GOIÂNIA	420	467	606	579	611	589	635	634	769	761	692	64.8
ENTORNO DE BRASÍLIA	1,042	1,054	1,045	1,185	1,178	1,139	1,155	1,195	1,403	1,501	1,451	39.3
PETROLINA/JUAZEIRO	264	348	307	353	317	331	363	322	324	252	235	-11.0
VALE DO AÇO MG	40	48	57	78	65	68	60	74	75	66	114	185.0
VITÓRIA	1,059	1,074	1,216	1,200	1,241	1,164	1,291	1,329	1,334	1,324	1,158	9.3
BAIXADA SANTISTA SP	809	726	816	669	434	300	397	281	293	341	322	-60.2
CAMPINAS SP	929	944	952	928	774	517	470	405	376	449	411	-55.8
LONDRINA PR	112	169	211	262	261	219	217	165	234	219	206	83.9
MARINGÁ PF	37	45	56	49	37	72	73	101	101	94	106	186.5
VALE DO ITAJAI SC	11	24	20	29	7	26	19	35	37	39	44	300.0
NORTE/NORDESTE SC	47	40	49	38	55	48	63	69	90	92	87	85.1
FOZ DO RIO ITAJAI SC	32	52	68	52	71	72	83	78	127	144	128	300.0
REG. CARBONÍFERA SC	15	14	21	33	15	19	24	11	31	25	34	126.7
TUBARÃO SC	7	5	7	5	7	4	8	3	8	15	19	171.4
<b>TOTAL RM</b>	<b>31671</b>	<b>32936</b>	<b>33381</b>	<b>34171</b>	<b>31639</b>	<b>29904</b>	<b>30500</b>	<b>28867</b>	<b>29877</b>	<b>29483</b>	<b>28194</b>	<b>-11.0</b>

Fonte: WAISELFISZ, JJ. Mapa da violência 2012.

Os números demonstram, portanto, que é nas regiões metropolitanas onde ocorre a maioria dos homicídios do país. Um fator preocupante nessas altas taxas de mortalidade homicida nas regiões metropolitanas é o quantitativo de jovens vitimados, já que a maioria das mortes ocorre entre jovens do sexo masculino com idades que variam de 18 a 25 anos.

Como ferramenta para análise da violência homicida no Brasil, mais especificamente em Goiânia-Goiás, far-se-á uma análise superficial da criminalidade nos dois extremos das regiões metropolitanas, ou seja, naquela onde houve a maior queda na taxa de homicídios e na região onde ocorreu o maior aumento desses crimes entre 2000 e 2010, tendo como fonte o Mapa da Violência 2011/2012. Ressalta-se que as causas da violência e os fatores que afetam seu aumento ou redução diferenciam-se de uma dada localidade para outra.

Percebe-se que a grande São Paulo foi a região que teve a menor proporção de mortes por homicídios nos últimos dez anos; por outro lado, a RM de Salvador viu essa taxa disparar de forma assustadora, o que também tem ocorrido na cidade de Goiânia.

## **2.2 REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE HOMICIDA: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO**

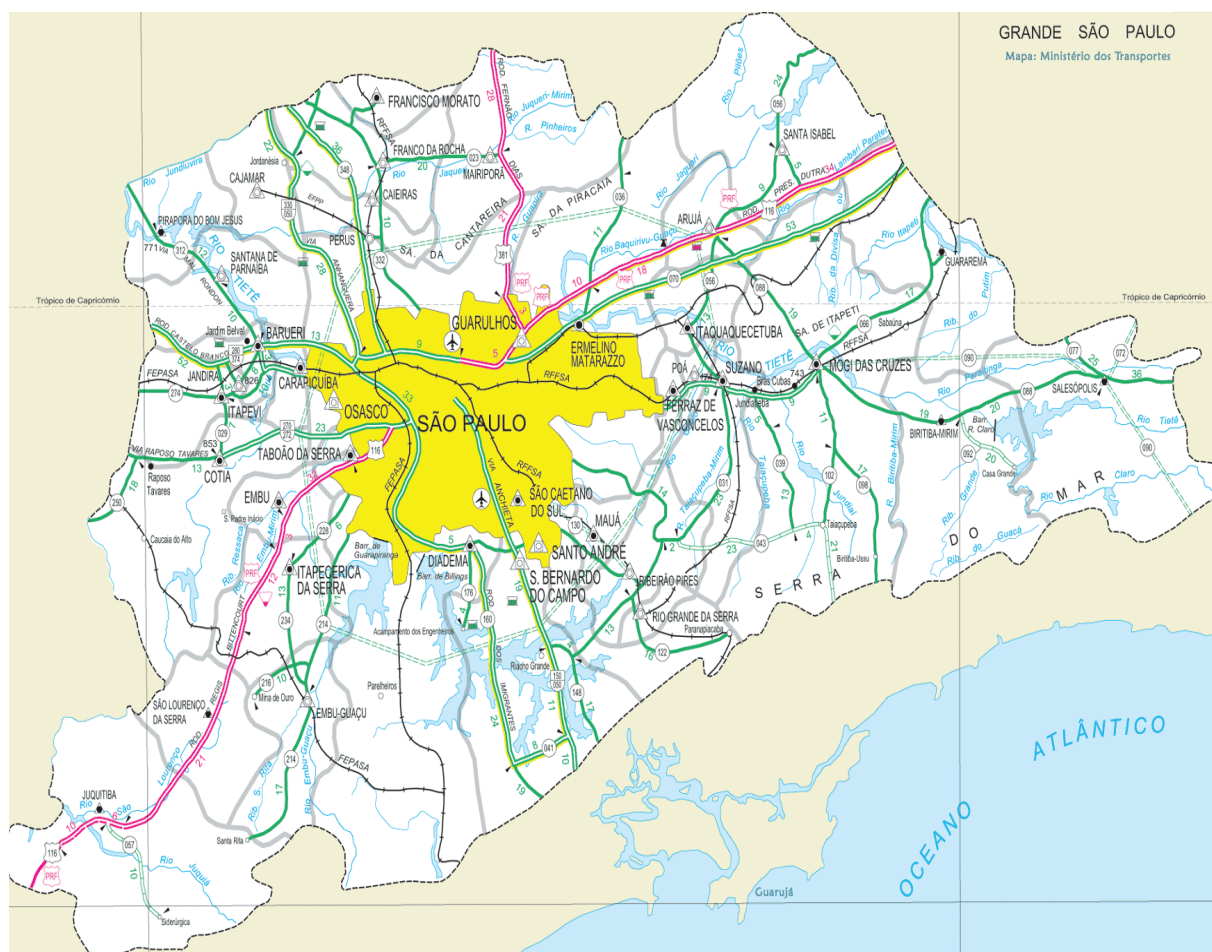
De acordo com a configuração territorial de 01 de agosto de 2012 (dados do Atlas do Desenvolvimento no Brasil<sup>16</sup>), a Região Metropolitana de São Paulo é composta por 39 municípios, sendo eles: Arujá, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista.

---

<sup>16</sup> Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_rm/sao-paulo](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_rm/sao-paulo). Acessado em 16/01/2016.



**Figura I – Mapa da Região Metropolitana de São Paulo**



Fonte: Mapas - SP<sup>17</sup>

Os dados do censo de 2010 apontam que a população da RM de São Paulo é de 19.672.582 habitantes, sendo a maior região metropolitana do país. Esse crescimento populacional vem ocorrendo de forma elevada, se comparado com os censos anteriores. Ao mesmo tempo, é visível o aumento do IDH em todos os municípios que compõem essa região e, paralelamente, o crescimento da criminalidade e da violência urbana em algumas das cidades que compõem a RMSP.

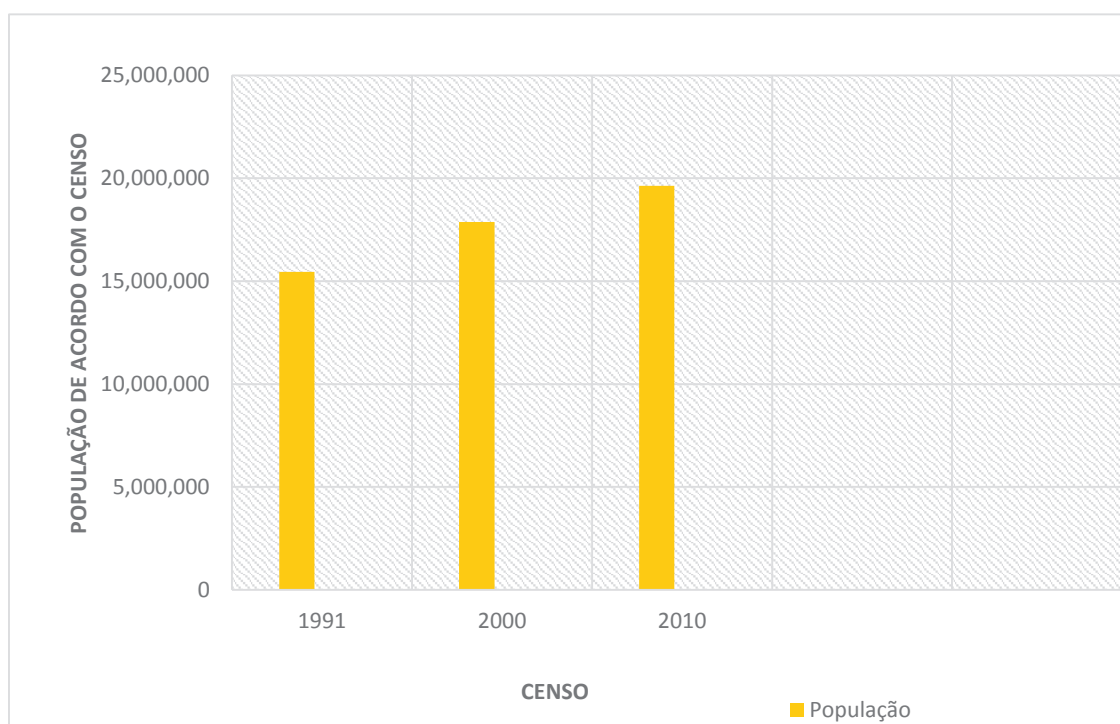
Essa região metropolitana, além de concentrar a maior população entre as demais regiões do país, é polo de desenvolvimento tecnológico, de concentração de riqueza e de desigualdade social. Dentre os seus municípios, existem diversos que são destaque no Índice de Desenvolvimento Humano e no PIB per capita. É o caso

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.mapas-sp.com/grande-sp.htm>. Acessado em 16/01/2016.

dos municípios conhecidos com ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul).

O gráfico a baixo demonstra um elevado crescimento populacional em todas as cidades que compõem essa região. Esse crescimento seguiu também as três variáveis que fazem parte dos dados coletados para atribuir o Índice de Desenvolvimento Humano da grande São Paulo (renda, longevidade e educação), com destaque a dimensão da longevidade, que passa de 0,790 em 2000 para 0,853 em 2010, em uma escala que varia de 0 a 1,0. Em outras palavras, a vida média dos moradores da RM de São Paulo passou dos 72,4 anos para 76,15 em 2010, bem superior à média nacional para o período.

#### **GRÁFICO I - Crescimento populacional da RM de São Paulo entre os anos 1991 e 2010.**

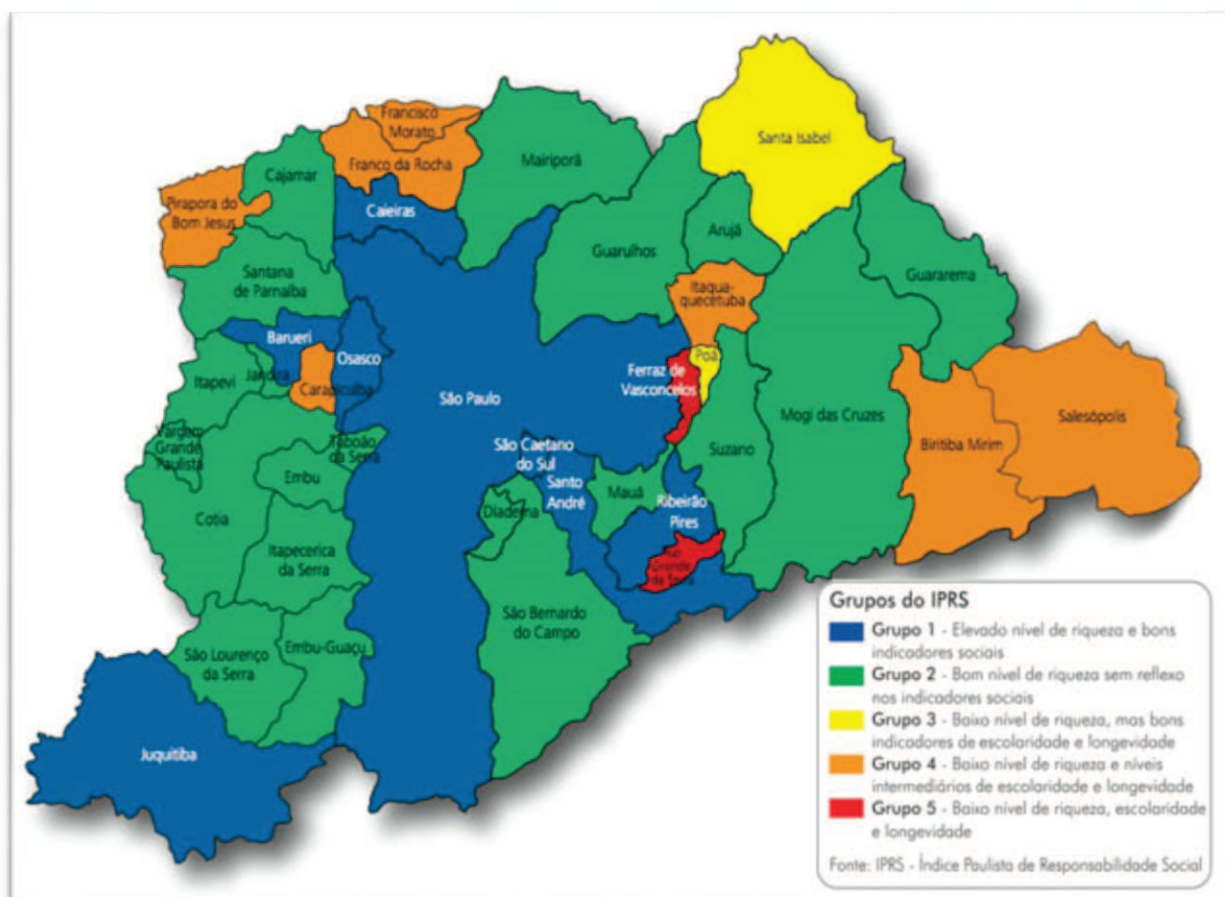


Fonte: IBGE – Censo de 1991-2000-2010. Elaboração: autor (2015)

A renda per capita mensal foi outro incremento importante para verificar o crescimento econômico da RM de São Paulo, saltando de R\$ 1.016,70 em 2000 para 1,249,72 em 2010, apresentando um crescimento bem superior à média

nacional e de outros estados da nação. A renda per capita é o resultado da renda nacional dividida pela população, sendo calculado pelo IBGE anualmente. Boa parte dos municípios da RM de São Paulo apresentam bom ou elevado nível de riqueza e, conseqüentemente, bons indicadores sociais, segundo o Índice Paulista de

**Figura II – Mapa da Região Metropolitana de São Paulo – Segundo o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS**



Responsabilidade social – Fonte: Assembleia legislativa de SP/Fundação Seada<sup>18</sup>.

A melhoria nas condições econômicas tem influência direta na tipologia do crime urbano, uma vez que os patrimônios dos moradores tendem a melhorar, despertando o aumento do latrocínio (roubo seguido de morte) e de crimes contra o patrimônio, além dos crimes econômicos.

<sup>18</sup> O IPRS- Índice Paulista de Responsabilidade Social - é um indicador desenvolvido por meio de uma proposta da Assembleia Legislativa, no ano 2001. Visa criar um banco de dados utilizando as mesmas variáveis do IDH, a fim de criar ferramentas que auxiliem no planejamento do estado. A Fundação Seada é a instituição responsável para elaboração e divulgação dos dados.

Fazendo uma breve relação entre o aumento da renda e o da criminalidade na Região Metropolitana de São Paulo, percebe-se que houve redução no número de homicídios no período compreendido entre 2000 e 2010. Segundo Waiselfisz (2011), enquanto o número de homicídios na RMSP em 2000 foi da ordem de 11.321 mortes, em 2010 esse percentual caiu para 3.038 (dados preliminares). Vale salientar que não podemos afirmar que houve uma redução na criminalidade nesse período, já que utilizamos apenas os dados de homicídios como fator. Por outro lado, não há comprovação de que o aumento da renda per capita no período esteja relacionado com a redução nas taxas de homicídios.

A queda na taxa de homicídios da Grande São Paulo demonstra uma nova reviravolta no tocante à violência urbana nas regiões metropolitanas do país. Nos últimos anos, segundo o Mapa da Violência de 2012, boa parte das capitais e as RMs do país passaram a conviver com uma acentuada queda no índice de homicídios; por outro lado, percebe-se um crescimento, ainda que lento, nas cidades menores. É o que Waiselfisz (2011) denomina de interiorização da violência homicida:

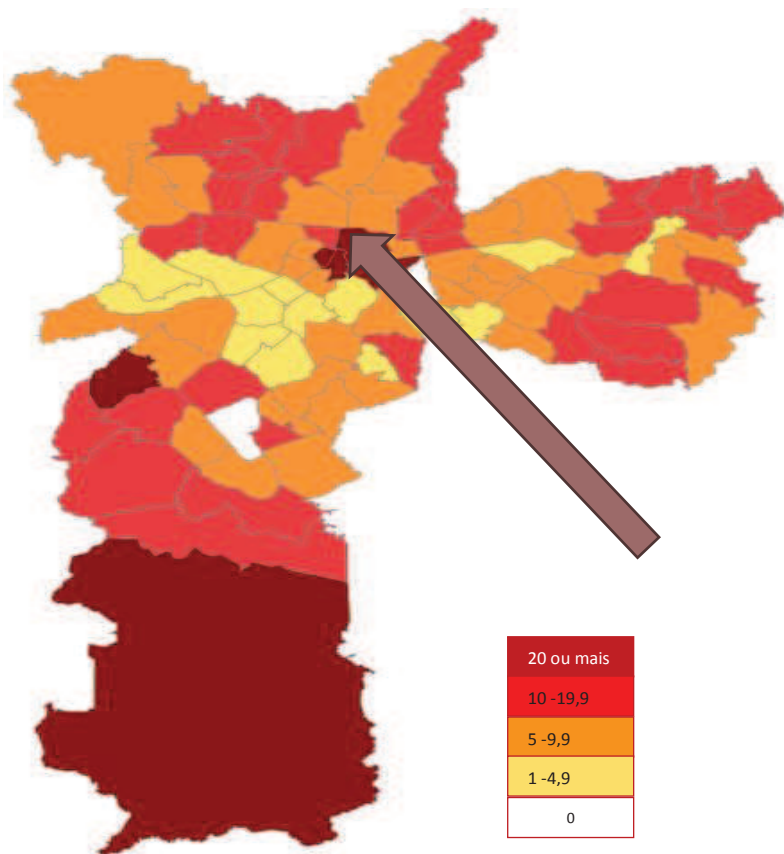
(...) se até 1996 o crescimento dos homicídios centrava-se nas capitais e nos grandes conglomerados metropolitanos, entre 1996 e 2003 esse crescimento praticamente estagna e o dinamismo se transfere aos municípios do interior dos estados. A partir de 2003, as taxas médias nacionais das capitais e regiões metropolitanas começam a encolher, enquanto as do interior continuam a crescer, mas com um ritmo mais lento (Waiselfisz 2011, p.42)

Os dados indicam, pois, que as capitais com maior fluxo de pessoas e com grande participação na economia do país vêm reduzindo o índice de criminalidade homicida, se compararmos ao número de habitantes, embora esses números ainda sejam alarmantes e não exista comprovação científica de que um fator esteja relacionado ao outro. Por outro lado, mesmo com a queda no número geral de homicídios em São Paulo e em algumas cidades da região metropolitana, podemos perceber que alguns distritos apresentaram crescimento alarmante no número de homicídios, se comparado com períodos anteriores. Este é o caso do distrito da Sé, bairro localizado no centro histórico de São Paulo, que no ano de 2013 – segundo dados do Núcleo de Estudo da Violência da USP – apresentou uma taxa de 60,3 homicídios para um grupo de 100 mil pessoas.



Algumas cidades da RMSP ainda possuem uma taxa elevada de mortalidade letal, contudo, no conjunto geral, ocorreu uma brusca queda nos índices. Por outro lado, a capital do estado ainda se encontra no topo da lista em número de mortes letais, sendo isto justificado pela densidade demográfica e pelo fluxo de pessoas e serviços diários. A figura III destaca o distrito da Sé, um dos mais violentos em número de homicídios.

**Figura III – Mapa da Taxa de Homicídios por Distrito em São Paulo<sup>19</sup> em 2014 – Destaque para o Distrito da Sé.**



Fonte: G1.com.br/SP, (<http://especiais.g1.globo.com/sao-paulo/taxa-de-homicidios-2014/>)

As RMs são os locais que apresentam os maiores índices de violência letal. Embora haja uma descentralização da criminalidade ao longo do território brasileiro, é nas regiões metropolitanas que estão concentradas as elevadas taxas de crimes

<sup>19</sup> Dados com base em levantamento feito pelo Núcleo de Estudo da Violência da USP. Distrito é uma subdivisão realizada pelo prefeitura de São Paulo para acompanhamento administrativo e planejamento urbano.

contra as pessoas, propriedades e delitos diversos. Dentre os fatores que podemos relacionar com as altas taxas de homicídios nas RMs estão a grande densidade demográfica, a desigualdade social, a diversidade cultural e a ineficácia da atuação dos governantes. Como descrevem Cardia, Adorno e Poletto (2003):

[..] pode-se dizer que o problema da violência letal não está generalizado por todo o país: está sobretudo presente as áreas metropolitanas, nas quais graves violações de direitos humanos se sobrepõem a múltiplas carências econômico-sociais, o que constitui terreno fértil para que a violência prospere. Nas áreas onde se verificam as maiores carências, os governos estadual e municipal muito pouco têm feito para prover seus moradores de meios adequados á existências digna. (Cardia, Adorno e Poletto, 2013. p. 44).

À medida que as RMs vão aumentando sua densidade demográfica e não são capazes de suprir as necessidades básicas de infraestrutura para seus moradores, a incidência de criminalidade tende a elevar-se. Diversas capitais e seus municípios próximos, entretanto, foram capazes de reduzir os índices de criminalidade letal na última década, conforme demonstra a Tabela III.

**Tabela III – Número de homicídios em 2000, 2005 e 2010 nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil.**

Região metropolitana	Homicídios/2000	Homicídios/2005	Homicídios/2010 <sup>20</sup>	Variação %
São Paulo	11.321	5.613	3.038	-73,2
Rio de Janeiro	6.074	5.610	3.097	-49,0
Belo Horizonte	1.254	2.474	1680	34,0
Porto Alegre	1.002	1.151	1.172	17,0
Recife	2.577	2.632	1.868	-27,5

Fonte: Mapa da Violência 2012. Elaboração: autor (2015).

Pode-se perceber que as duas maiores regiões metropolitanas do país registraram na última década uma redução considerável no número de homicídios,

<sup>20</sup> Os dados de 2010 são preliminares

assim como a maior região metropolitana do Nordeste em número de pessoas. Belo Horizonte, em comparação com o ano de 2005, também apresentou redução. Já em Porto Alegre houve um pequeno incremento.

Dentre os motivos apresentados para justificar essa redução está a tese da interiorização da violência, já citada anteriormente, que demonstra uma nova espacialidade nas mortes violentas, saindo das RMs e se espalhando para municípios do interior dos estados. Um outro argumento que justifica tais alterações está no fenômeno da disseminação (Waiselfisz, 2011), que consiste em mudanças na hierarquia dos estados em relação ao índice de homicídios, ou seja, estados que antes apareciam no topo da lista dos mais violentos hoje aparecem em posições menores; o contrário ocorre com aqueles que estavam em posições menores.

(...)Diversas UF relativamente tranquilas na década anterior experimentam incrementos significativos nos seus níveis de violência enquanto as conhecidas na década passada como focos de violência reduzem, em casos de forma muito significativa, suas taxas de homicídio. Esses dois processos originaram a migração dos polos dinâmicos da violência de um limitado número de capitais e/ou grandes regiões metropolitanas, que melhoraram a eficiência de seus aparelhos de segurança, para regiões menos protegidas, seja no interior dos estados, seja para outras unidades federativas (Waiselfisz 2011, p. 41-42)

Um terceiro argumento utilizado para justificar a diminuição dos índices de violência homicida em algumas regiões metropolitanas do país é a melhoria nos aparelhos de segurança: aumento no número de policiais, investimento em segurança privada, vigilância eletrônica, dentre outros mecanismos. Isso proporciona um maior controle no espaço urbano, dificultando ações de grupos que atuam no incremento da violência homicida.

Um quarto argumento seria as ações desenvolvidos pelo estado em políticas voltadas à segurança pública. Dentre elas, podemos citar a implantação das bases de polícia comunitárias no ano de 1997 em 41 companhias da capital paulista. Em 2014, essas bases somavam mais de 500 em todo o estado de São Paulo (Risso, 2014). As mortes que envolviam policiais, embora muitas não sejam contabilizadas como homicídios, tiveram redução no período. Esse fato se deu, segundo Risso (2014), pelo investimento na formação dos policiais, tais como inclusão da disciplina

de direitos humanos como matéria obrigatória e a prática de tiro defensivo na prevenção da vida.

A reformulação da polícia civil foi outro fator importante para as investigações dos crimes de homicídio. Reduziu-se, assim, a sensação de impunidade por parte dos autores de tais crimes. As mudanças no DHPP – Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – em 1996 também foram positivas na concepção de Manso (2012). Segundo o estudioso, esse departamento aumentou em mais de 700% o número de presos que haviam cometido o crime de homicídio. Dentre as ações do DHPP, podemos citar o Plano de Combate aos Homicídios.

Uma força tarefa criada entre os municípios da RMSP pode ser também considerada como uma ferramenta importante na redução dos crimes letais. A atuação de guardas civis, conselhos de segurança, segurança privada e a implantação de circuitos de vigilância por meio de câmeras efetivamente tem contribuído para inibir estes tipos de crimes.

Uma outra perspectiva que podemos acrescentar é a melhoria na qualidade de vida da população dessas regiões onde a criminalidade diminuiu. Sem dúvida alguma, essas RMs tiveram na última década avanços consideráveis no seu IDH e no PIB, dois fatores importantes que ajudam a entender o crescimento econômico e social dos seus municípios.

Além dos argumentos já apresentados anteriormente, podemos destacar o controle do uso de armas por meio do Estatuto do Desarmamento (lei nº 10.826, de dezembro de 2003), que controla a posse e o uso de armas de fogo em todo o território nacional. De acordo com o portal do Ministério da Justiça, só em seis meses no ano de 2011 (no auge da campanha “tire uma arma do futuro do Brasil”) o país recolheu, de forma voluntária, 30.867 armas de fogo. O destaque vai para o estado de São Paulo, com 8,3 mil armas recolhidas no período, e para o Rio Grande do Sul, se compararmos quantitativo de armas versus densidade populacional

**Tabela IV – Armas Entregues por grupo de 100 mil habitantes no ano de 2011 – até a data de 04-11-2011.**

UF	População (Censo 2010 IBGE)	Armas entregues até 04/11/2011	Taxa de armas entregues a cada 100 mil habitantes	Ranking taxa
Rio Grande do Sul	10.695.532	3671	34,32	1
Pernambuco	8.796.032	1961	22,29	2
Rio de Janeiro	15.993.583	3362	21,02	3
Acre	732.793	146	19,92	4
São Paulo	41.252.160	8139	19,73	5
Distrito Federal	2.562.963	412	16,08	6
Mato Grosso do Sul	2.449.341	379	15,47	7
Paraná	10.439.601	1355	12,98	8
Minas Gerais	19.595.309	2367	12,08	9
Sergipe	2.068.031	232	11,22	10
Santa Catarina	6.249.682	631	10,10	11
Paraíba	3.766.834	352	9,34	12
Espírito Santo	3.512.672	295	8,40	13
Bahia	14.021.432	1154	8,23	14
Roraima	451.227	36	7,98	15
Goiás	6.004.045	473	7,88	16
Rio Grande do Norte	3.168.133	246	7,76	17
Mato Grosso	3.033.991	228	7,51	18
Alagoas	3.120.922	208	6,66	19
Ceará	8.448.055	526	6,23	20
Amazonas	3.480.937	209	6,00	21
Pará	7.588.078	386	5,09	22
Amapá	668.689	34	5,08	23
Rondônia	1.560.501	63	4,04	24
Piauí	3.119.015	104	3,33	25
Tocantins	1.383.453	34	2,46	26
Maranhão	6.569.683	157	2,39	27

Fonte: Portal do Ministério da Justiça – MJ

A redução no quantitativo geral de mortes em algumas regiões do país na última década pode ter, portanto, relação com as campanhas e incentivos do governo para o desarmamento. Estima-se que já foram retiradas de circulação, por meio de incentivos, 570 mil armas de fogo e foram regularizadas mais de 500 mil. (Portal do MJ - 16-11-2011).

As campanhas para o desarmamento realizadas no país em diversas edições ofereciam uma indenização que variava de R\$ 100,00 a R\$ 300,00, além do anonimato para quem entregava a arma. O pagamento da indenização era efetuado em curto espaço de tempo, e a inutilização era imediata. Tais fatores fizeram com que um número considerável de habitantes participasse das campanhas.

Os casos de São Paulo e Rio de Janeiro – e outras RMs – no tocante à redução da mortalidade por homicídios merece destaque pelo quantitativo populacional dessas espacialidades. Mesmo sendo as duas RMs mais populosas do país, tiveram as maiores reduções na criminalidade homicida. Tal fato demonstra, ainda que de forma preliminar, que a atuação dos governantes em ações afirmativas (investimentos e projetos em áreas essenciais) podem melhorar a qualidade de vida da população e contribuir para a redução da criminalidade homicida nas grandes, médias e pequenas cidades do país.

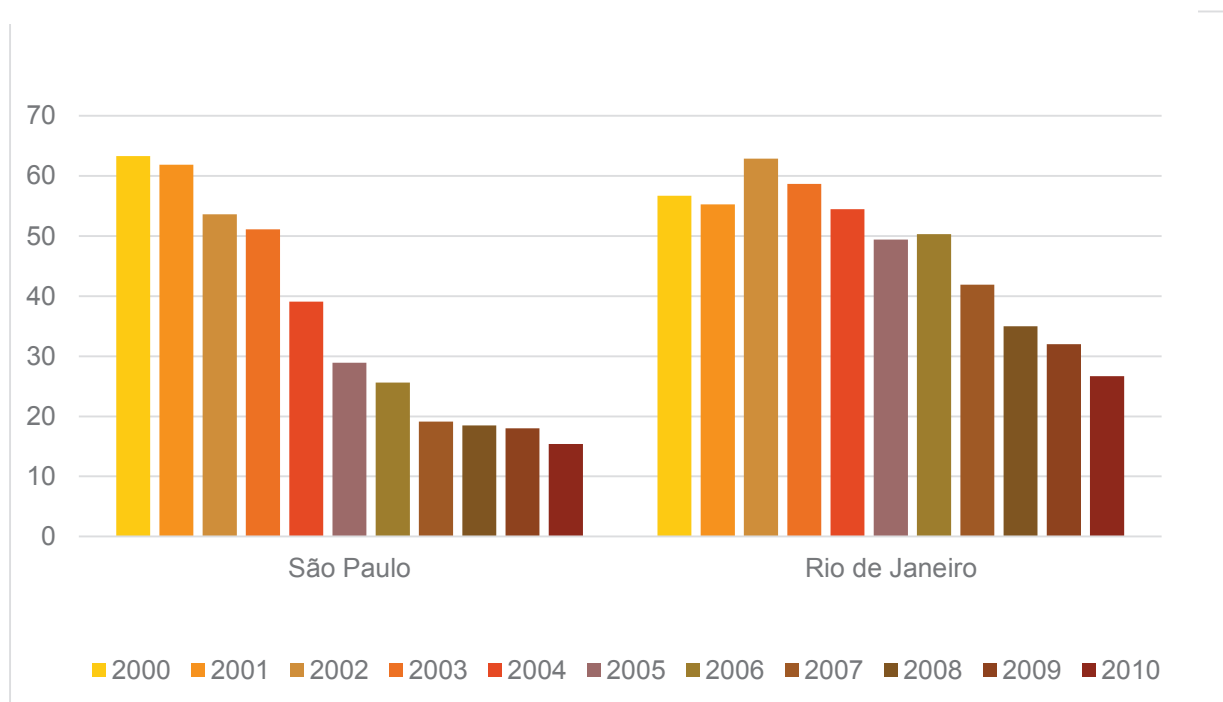
Em relação à taxa de homicídios, a ONU considera-a como epidêmica quando um país apresenta número de mortes violentas superior a 10 para cada 100 mil moradores. No caso do Brasil, essa taxa atualmente é quase três vezes superior ao normal. Assim, em comparação aos demais países do mundo, o Brasil ficaria entre os 20 mais violentos do planeta, mais especificamente na posição de número 16 no ano de 2012<sup>21</sup>.

São vários os fatores que expressam a dinâmica da violência urbana no mundo, sendo comum o crime organizado se movimentar ao longo dos espaços geográficos, principalmente quando a atuação do estado é mais efetiva. Nos casos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a redução dos homicídios não diminuiu a criminalidade em geral, já que diversos outros elementos são referenciados como motivos para o incremento da violência. Para Weyrauch (2011), a violência se manifesta de diversas formas, sobretudo no nível de privação da população no campo da sobrevivência e dos direitos sociais.

---

<sup>21</sup> Relatório apresentado pelo Estudo Global Sobre Homicídios 2013 ( *Global Study on Homicide 2013*) divulgado pelo escritório sobre drogas e crimes das Nações Unidas (UNODC). Disponível em <https://www.unodc.org/unodc/en/press/releases/2014/April/some-437000-people-murdered-worldwide-in-2012-according-to-new-unodc-study.html>. Acessado em 25/07/2015.

## GRÁFICO II- Queda na taxa de homicídios em São Paulo e Rio de Janeiro no período de 2000 a 2010



Fonte: Mapa da violência 2012. Elaboração: autor (2015).

O que é perceptível no caso dessas duas cidades são as mudanças de comportamento da população em criar mecanismo de defesa contra a criminalidade. As pessoas passaram a evitar trajetos em lugares com maior índice de crimes, não sair à rua em alguns horários, investir em segurança privada, se agrupar em moradias coletivas, blindar carros, evitar sair com dinheiro, dentre outros.

Caldeira (2000), ao falar das mudanças de rotina na cidade de São Paulo no tocante à violência, afirma que a vida cotidiana e a cidade mudaram por causa do crime e do medo. Para essa autora, isso se reflete nas conversas diárias em que o crime tornou-se um tema central. Diariamente a população convive com o medo da criminalidade, e isso é perceptível nas conversas e no linguajar dos cidadãos que habitam os diversos lugares desse espaço geográfico.

[...] a fala do crime – ou seja, todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema – é contagiante. Quando se conta um caso, muito provavelmente vários outros se seguem; é raro um comentário ficar sem resposta. (Caldeira, 2000, p. 27).

A fala do crime discutida por Caldeira (2000) alimenta as sensações de perigo e de medo. Relatos sucessivos e repetitivos sobre crimes são ouvidos por todos os lados e através de inúmeros meios de comunicação. A mídia televisiva, escrita e falada mantém audiência à custa da criminalidade. Policiais tornam-se políticos por meio da “fala do crime”. Páginas na internet, vídeos e grupos em redes sociais são acessados rotineiramente para ouvir, ver e ler sobre fatos criminosos. “Assim a fala do crime alimenta um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido, e no qual a violência é a um só tempo combatida e ampliada”. (Caldeira 2000 p. 27).

Além da criminalidade elevada, as regiões metropolitanas convivem com o crescimento da pobreza. Santos (2013, p. 10) afirma que “a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é suporte, como por sua estrutura física”. O espaço urbano no Brasil tem aumentado sua espacialidade física e, com isso, aumenta-se o nível de pobreza e de desigualdade social. Mesmo com avanços no Índice de Desenvolvimento Humano e na renda per capita, ocorre uma grande concentração de renda nas mãos de uma pequena elite do país, provocando uma ampla desigualdade social, conforme demonstra a próxima tabela.

**Tabela V - Índice de Gini das principais regiões metropolitanas do Brasil - 2000-2010.**

<b>RM</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
São Paulo	0,59	0,60
Ride –DF	0,65	0,64
Curitiba	0,60	0,55
Cuiabá	0,62	0,57
Belo horizonte	0,61	0,59
Vitória	0,60	0,57
Rio Janeiro	0,61	0,60
Goiânia	0,61	0,57



<b>RM</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Porto Alegre	0,58	0,56
São Luís	0,65	0,60
Salvador	0,64	0,62
Recife	0,65	0,64
Natal	0,64	0,61
Fortaleza	0,65	0,61
Belém	0,62	0,59
Manaus	0,63	0,61

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil - 2013. Elaboração: autor (2015)

O Índice de Gini é um mecanismo utilizado para medir o grau de concentração de renda: quanto mais próximo de zero, menos desigual se torna a região metropolitana, tendo por base o estudo em questão; o oposto ocorre quando o numeral se aproxima de 1 (conceito máximo). Os dados da tabela revelam um grau de concentração muito elevado nos grandes aglomerados urbanos do Brasil, o que parece contribuir para a elevação das taxas de criminalidade urbana. Ao longo da última década, entretanto, verifica-se uma leve queda no nível de concentração de renda da população na maioria das RMs do país.

**Tabela VI - Classificação das principais Regiões Metropolitanas do Brasil - em 2000 e 2010 - de acordo com o número de homicídios por grupo de 100 mil habitantes.**

<b>RMs</b>	<b>2000</b>	<b>Posição/2000</b>	<b>2010</b>	<b>Posição/ 2010</b>
São Paulo	63,3	3º	15,4	29º
Ride –DF	35,2	11º	39,0	14º
Curitiba	25,1	19º	56,8	6º
Cuiabá	60,1	4º	44,9	10º
Belo horizonte	28,8	14º	34,4	15º
Vitória	73,6	2º	68,6	4º
Rio Janeiro	56,7	5º	26,7	22º
Goiânia	25,3	18º	33,3	17º
Porto Alegre	26,9	16º	29,6	18º
São Luís	13,4	23º	46,6	8º

<b>RMs</b>	<b>2000</b>	<b>Posição/2000</b>	<b>2010</b>	<b>Posição/ 2010</b>
Salvador	11,6	24°	60,1	5°
Recife	77,2	1°	50,6	7°
Natal	10,1	26°	27,1	20°
Fortaleza	26,2	17°	42,9	12°
Belém	18,9	20°	80,2	2°
Manaus	29,6	13°	43,3	11°

Fonte: Mapa da Violência 2012. Elaboração: autor (2015).

Essa disparidade regional também é vista em escala local. Nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, existem bairros com forte aparato policial, presença de bases e unidades móveis, delegacias e batalhões, além de segurança eletrônica. Estes apresentam, conseqüentemente, índices menores de violência homicida. Já setores mais afastados e com forte carência social demonstram maior incidência de atos violentos.

[...] O resultado desse cenário encaminha-se na direção de uma distribuição profundamente desigual de segurança, as comunidades periféricas tornam-se reféns do medo do controle territorial, promovidos pelas quadrilhas do tráfico de drogas, e as elites são beneficiadas por níveis intoleráveis de impunidade. O quadro, portanto, torna-se explosivo, pois alia a violência desnecessária com a impunidade, a pobreza com disseminação das drogas, o desemprego estrutural dos jovens e a ostentação dos ricos e poderosos. (Souza, 2003 p. 3)

Conforme observa Souza (2003), os atos criminosos que vêm ocorrendo no espaço urbano têm justificativa também na ausência do estado em manter uma estrutura pública eficaz em todos os bairros e cidades do país, prevalecendo uma força maior nas cidades com grande número de habitantes, principalmente próximas das capitais. Percebe-se que até mesmo nos grandes espaços urbanos o aparato de segurança pública é mal distribuído nas dependências urbanas. Esses fatos vêm provocando uma demanda maior pela segurança privada e um contínuo desejo da população pelo endurecimento penal. Pesquisa realizada pela CNI/Ibope, divulgada no dia 19 de outubro de 2011, aponta que 46% da população é a favor da pena de

morte; 69% dos entrevistados defendem a prisão perpétua e 86% dos consultados aceitam a redução da maioria penal.<sup>22</sup>

O fenômeno de redução de homicídios que tem ocorrido em algumas RMs do país não provocou uma redução mais ampla em todo o Brasil, tendo em vista que a taxa geral de homicídios vem aumentando ao longo dos anos. A pesquisa acima aponta que 51% da população consideram a segurança pública no país ruim ou péssima, além de ser esta a segunda maior preocupação dos brasileiros.

Concluindo-se, podemos perceber que a redução da taxa de homicídios na RMSP está diretamente relacionada à política de atuação das forças de segurança, à migração da criminalidade para cidades do interior, à política de controle e campanhas do uso de armas, às mudanças de comportamento dos cidadãos para criar meios de proteção, dentre outros fatores.

Para nos certificarmos se o ocorrido em São Paulo foi um fator isolado e possui explicações diversas, iremos refletir sobre a situação oposta que tem acontecido em Salvador. O que difere as RMs de São Paulo e Rio de Janeiro da Região Metropolitana de Salvador?

### **2.3 VIOLÊNCIA DISSEMINADA: O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR/BAHIA.**

A RM de Salvador está localizada no estado da Bahia na região nordeste do país. De acordo com a lei complementar nº 14, de 08 de junho de 1973, no artigo 1º § 5º<sup>23</sup>, a Região Metropolitana de Salvador constitui-se dos municípios de Salvador, Camaçari, Cadeias, Itaparica, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Simões Filhos e Vera Cruz. Posteriormente, com a delegação dada pela Constituição Federal de 1988 aos estados para criar suas próprias regiões metropolitanas, foram inseridos os municípios de D'Ávila (1985), Madre de Deus (1989), Mata de São

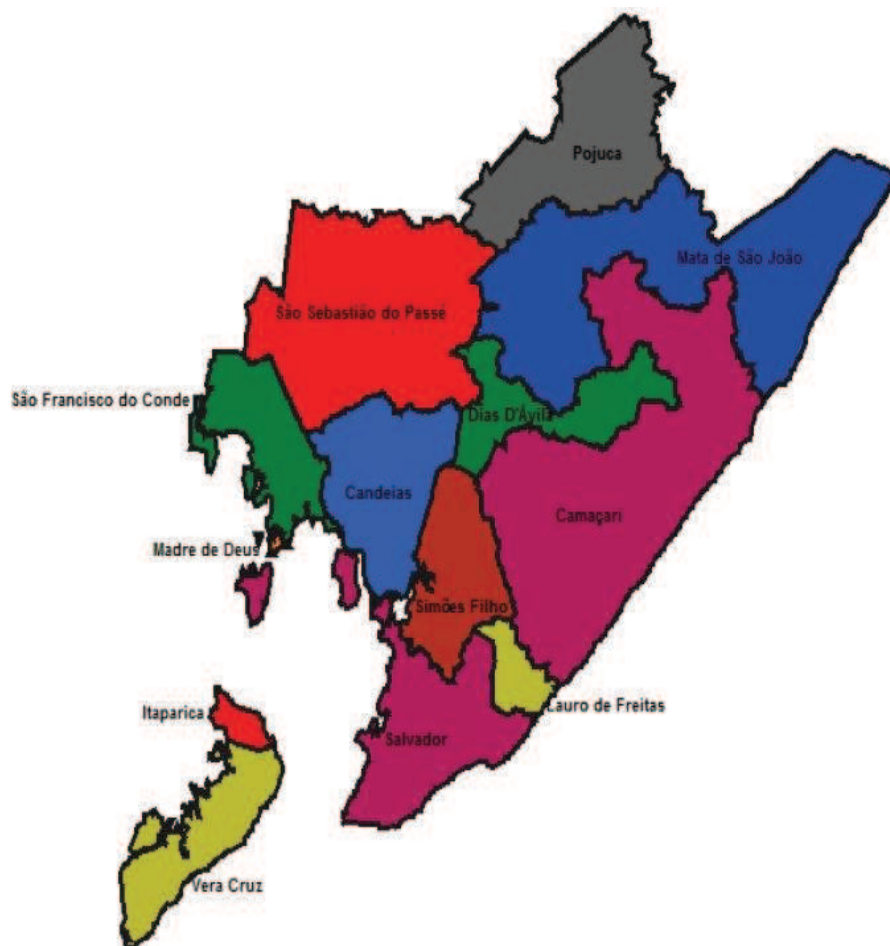
---

<sup>22</sup> Pesquisa realizada pela confederação nacional da indústria por meio do Ibope, divulgada na quarta-feira 19 de outubro de 2011 no site da revista isto é, disponível em: [http://www.istoec.com.br/reportagens/paginar/169547\\_CNI+IBOPE+46+DA+POPULACAO+E+A+FAVOR+DA+PENADE+MORTE/1](http://www.istoec.com.br/reportagens/paginar/169547_CNI+IBOPE+46+DA+POPULACAO+E+A+FAVOR+DA+PENADE+MORTE/1). Acessado em 12/08/2015.

<sup>23</sup> Lei complementar nº 14, de 8 de junho de 1973 estabelece as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

João e São Sebastião do Passé (2008), e em 2009 foi incluído o município de Pojuca, totalizando atualmente 13 municípios.

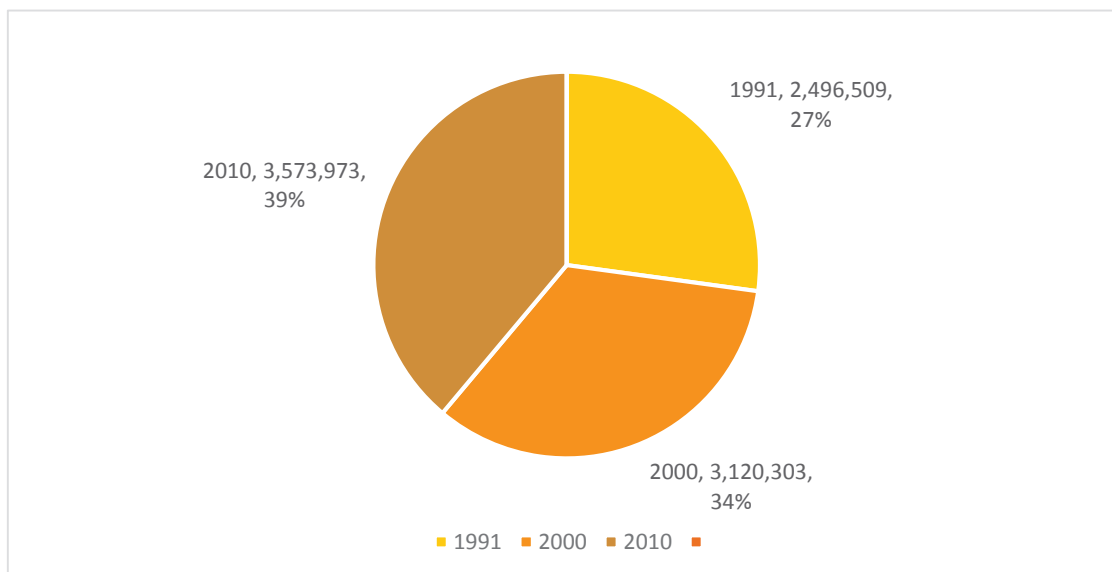
**Figura IV – Mapa dos municípios da Região Metropolitana de Salvador**



Fonte: Secretaria de infraestrutura do estado da Bahia – SEINFRA -2012.

Com uma população de 3.573.973 habitantes (censo 2010 - IBGE), cerca de 25,5% de toda a população do estado, a RM de Salvador teve um crescimento populacional de 1,37% ao ano no período de 2000 a 2010, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano das regiões metropolitanas brasileiras. Na última década sua população apresentou um leve crescimento e, aliado a isso, também surgiram os problemas.

**GRÁFICO III: Evolução da população da RM de Salvador nos três últimos censos.**



Fonte: IBGE- Censos de 1991-2000-2010. Elaboração: autor (2015).

O número de habitantes da RM de Salvador entre 1991 e 2000 teve um elevado incremento em relação à população geral do estado. Já entre 2000 e 2010, esse percentual foi menor, seguindo uma tendência de queda nacional no índice de crescimento populacional do país. Outro fator de destaque nos municípios que compõem a Grande Salvador está no aumento do IDHM: no ano de 2000, a RM possuía um IDHM considerado médio, na faixa de 0,636; dez anos depois esse percentual subiu para 0,743, um índice considerado satisfatório (IDHM entre 0,700 e 0,799), segundo os padrões das nações unidas. Dentre os fatores que contribuíram para a elevação do IDHM destaca-se a longevidade, como demonstra a tabela na sequência.

**Tabela VII- Evolução dos fatores que compõem o IDHM da Região Metropolitana de Salvador – 2000 a 2010.**

Componentes	Em 2000	Em 2010	Varição/período
IDHM – Longevidade	0,743	0,824	0,081
IDHM- Renda	0,698	0,754	0,056
IDHM- Educação	0,497	0,661	0,164

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2013. Elaboração: autor (2015).

Observando-se os dados da tabela, percebe-se que as dimensões renda e longevidade tiveram uma ascensão no índice geral, embora a dimensão educação tenha tido um avanço considerável em relação ao censo anterior. A longevidade dos habitantes da RM de Salvador foi o componente que mais contribuiu para o salto no IDHM na última década.

A melhoria do IDHM, entretanto, não ocorreu ao mesmo tempo em todos os municípios que compõem a RM de Salvador. Até o ano de 2000, boa parte dos municípios da grande Salvador situava-se na faixa de IDHM considerado como baixo. Só a partir do censo de 2000 esse percentual passou a ter melhorias. Como exemplo, podemos citar o município de São Francisco do Conde, que em 1991 apresentava seu IDHM na dimensão de 0,355, considerado muito baixo. Já no ano de 2010 esse percentual chegou à casa do 0,674, que se aproxima do índice médio dos municípios brasileiros.

Em relação ao PIB da RM de Salvador, podemos observar que em pouco mais de 10 anos a cifra mais que triplicou, passando dos 22 bilhões de reais em 1999 para 75 bilhões em 2010 (IBGE 1999 e 2010), fazendo com que essa região represente 49% de todo o PIB do estado da Bahia. Tal fato demonstra um crescimento econômico considerável em relação à região nordeste e aos demais municípios do estado da Bahia.

A RM de Salvador convive com uma realidade semelhante à das grandes cidades brasileiras. O desemprego, o aumento da violência urbana e, conseqüentemente, da criminalidade têm ganhado destaque no cenário nacional, sendo apontada como uma das regiões metropolitanas mais violentas do país. Como destaca Weyrauch (2011):

A violência urbana é essencialmente exercida pelos poderes das cidades e do país, que em vez de torná-las valor de uso social reforçam sua dimensão de valor de troca transformando-a em mercadoria a quem comprá-la melhor. O sentido democrático de cidade está em jogo: por falta de segurança no trabalho, operários morrem aos magotes; jovens compram drogas nas portas das escolas; nas escolas e hospitais faltam profissionais e equipamentos nos campos da saúde e educação; mulheres são espancadas... tudo isso e muito mais, sem que nenhuma resposta institucional contundente seja feita (Weyrauch, 2011, p. 16).



Nas palavras do autor, a cidade, por natureza, já é excludente, pois as construções e todo o seu formato induzem à separação social. Com o advento do capital, o poder público investe na área que possui maior retorno (seja a comercial, turística e de lazer/moradia das classes com maior poder aquisitivo), deixando de lado os problemas ou fechando os olhos para as soluções. No caso da RM de Salvador, verifica-se uma grande concentração de recursos nos bairros turísticos e com maior fluxo de capital; por outro lado, a periferia fica vulnerável e privada dos direitos individuais e sociais.

**Figura V: Foto do centro Empresarial Wall Street - situado na Avenida Paralela em Salvador.**



Fonte: Jornalista Elias Medeiro. Disponível em <http://eliasjornalista.com/crescimento-desordenado-da-paralela-ameaca-pulmao-verde-de-salvador>. Acessado em 08/09/2015.

**Figura VI: Foto do bairro da Paz localizado na Avenida Paralela em Salvador**



Fonte: Jornalista Elias Medeiro. Disponível em <http://eliasjornalista.com/crescimento-desordenado-da-paralela-ameaca-pulmao-verde-de-salvador>. Acessado em 08/09/2015

Verifica-se que, assim como na maioria das cidades brasileiras, os recursos do capital são direcionados para bairros com maior poder aquisitivo, visando sempre o lucro. As Figuras V e VI mostram parte da paisagem de uma região em desenvolvimento na capital baiana ao longo da Avenida Luís Viana, popularmente conhecida como Avenida Paralela. O contraste é que, próximo ao centro comercial, as construções são uniformizadas, as ruas largas, postes com iluminação, fiações padronizadas, dentre outros; já na proximidade do bairro popular, são visíveis as diferenças na paisagem.



Dentre os males que afetam os municípios que compõem a RM de Salvador, a violência homicida ganhou grande expressividade na última década. Enquanto São Paulo, Rio de Janeiro e outras capitais reduziram o índice de violência homicida, a grande Salvador e a maioria das regiões metropolitanas do Nordeste viram essas taxas crescerem de forma assustadora. O número de homicídios na RM de Salvador passou de 359 em 2000 para 2.129 em 2010, uma variação de mais de 493% para o período, segundo o Mapa da Violência de 2012. Entre 2000 e 2005, o número de mortes cresceu três vezes, enquanto na maioria das regiões metropolitanas houve uma pequena queda.

Diferentemente da RM de São Paulo, os municípios que compõem a grande Salvador sofrem com o aumento violento dos índices de criminalidade na última década, principalmente de homicídios. Dentre as razões que podem justificar tal fato, cabe ressaltar os aspectos sociais, culturais, econômicos, a ausência do poder público, a ineficiência do sistema de controle e punição e a ineficaz legislação que reina no país.

Culturalmente, o brasileiro já carrega alguns preceitos que dificultam a relação social, por exemplo, a cultura de “não levar desaforo para casa”. E quando se fala dos aspectos culturais da região nordeste, isso já se encontra enraizado nas lendas históricas e no cotidiano da população. É comum ouvir falar de famílias e mais famílias que são amplamente conhecidas por demarcar território por meio do poder e pela força que exercem sobre uma determinada localidade. Trata-se da cultura machista: “Aqui quem manda sou eu”.

A questão econômica também é um fator preponderante para o aumento da violência urbana. Às vezes o aumento do poder econômico desperta interesse e cresce o risco de mortes para subtrair valores; em outros casos, a escassez de recursos pode gerar conflitos e aumentar a busca pela sobrevivência. Sabe-se que a população da região nordeste, ao longo da sua história, convive com graves carências econômicas, embora não se possa afirmar que pobreza seja sinônimo de delinquência.

A falta de rendimento não é um fator decisivo para o aumento da violência, contudo acredita-se que existe uma relação entre desemprego e aumento da criminalidade urbana. A RM de Salvador possui uma das maiores taxas de desemprego, tendo chegado a um percentual de 20,3% entre as mulheres e 14,2% entre os homens no mês de março de 2004, segundo dados da pesquisa mensal de emprego realizada pelo IBGE. Embora esse percentual tenha se reduzido ao longo da última década, ainda podemos considerar elevado se comparado com outras RMs e com diversos países no mundo, já que a taxa de desemprego chega próximo a 10% da população ativa nos dias atuais.

A atuação ineficaz do poder público no Brasil e na RM de Salvador também tem provocado o aumento dos crimes contra a vida e contra a pessoa. A falta de vigilância e a carência de políticas de prevenção fazem do espaço público uma desordem, com agressões e mortes violentas, principalmente nas periferias. Aliado a isso, pesa a sensação de impunidade por parte dos autores de homicídios no país.

A falta de policiamento e investimento em segurança é uma das dimensões que pode ser utilizada como referência para o aumento da criminalidade naquela e nas demais regiões do país. Esse fato é visível quando o aumento de segurança privada ultrapassa a pública. Dados de um estudo realizado pelo IPEA<sup>24</sup> demonstram uma ampla redução no número de pessoas que trabalham no ramo de segurança no setor público e um crescimento dessa atividade no setor privado. O estudo destaca que, na década de 1990, 61,7% dos ocupados em segurança estavam lotados no setor público, enquanto no privado eram apenas 38,3%. Na década atual, esses percentuais apresentam uma queda em investimento humano no ramo da segurança pública e um aumento no setor privado.

A facilidade com que armas de fogo e armas brancas circulam na Bahia pode ser outro fator que tem gerado o aumento das mortes. Por outro lado, o

---

<sup>24</sup> O resultado da pesquisa proporcionou a elaboração do texto para discussão nº 1399: Evolução da ocupação no sistema de segurança no Brasil: uma perspectiva comparativa entre os setores público e privado. Produzido por André Gambier Campos, em março de 2009, no Rio de Janeiro. O texto realiza uma análise comparativa da evolução de ocupação dos trabalhadores nos sistemas de segurança no Brasil.

aumento do consumo e do tráfico de drogas nessa região tem demonstrado possuir relação com o crescimento das taxas de homicídio.

Em suma, entende-se que a violência urbana é um dos males que assolam a sociedade nos dias atuais. Não só em países subdesenvolvidos os cidadãos são vítimas dose atos violentos, mas também em nações ricas. No caso do Brasil, essa realidade é vivida nas regiões com maior e menor desenvolvimento econômico. Percebe-se que os atos violentos se espalharam ao longo do território, e o mais preocupante é que isso vem ocorrendo de forma rápida e assustadora.

Concluindo, buscou-se relacionar os fatores que auxiliaram a grande São Paulo a reduzir nos últimos dez anos a taxa de homicídio com a situação da Região Metropolitana de Salvador, que viu os índices de homicídio elevarem-se de forma assustadora. Percebe-se nos dois casos uma atuação maior e menor do estado, respectivamente, nas ações de prevenção e contenção da criminalidade; ao mesmo tempo, entende-se que outros fatores estão relacionados ao aumento e à diminuição dessas taxas.

Buscando entender outra realidade, no próximo capítulo iremos discutir o aumento da violência urbana em Goiânia por meio de um estudo de caso. Partiremos do pressuposto de que Goiânia é uma cidade moderna e planejada, que convive com um alto padrão segregado, com um grau elevado de desigualdade social e com taxas exacerbatentes de criminalidade.

### **CAPÍTULO III- VIOLÊNCIA URBANA EM GOIÂNIA: O MEDO MODIFICA A PAISAGEM**

O medo de ser vítima da violência tem provocado no cidadão de bem grandes impasses, tanto econômicos como psicológicos. Logicamente isto ocorre também em Goiânia. Tal fato é visível à medida que observamos a paisagem urbana e a aflição dos moradores por meio do seu discurso. Assim, os espaços públicos e privados são modificados rotineiramente para se proteger da criminalidade e demonstrar status. Caldeira (2000) destaca que as cidades hoje utilizam uma gama de equipamentos que são essenciais em razão da segurança e da segregação

(cercas, barras, murros), mas, além disso, esses equipamentos demonstram status e distinção dos moradores, o que a autora denomina de “estética da segurança”.

A cidade de Goiânia é a capital do estado de Goiás, localizada no planalto central brasileiro. Projetada em meados da década de 1930, diante das mudanças políticas que ocorriam no país, é considerada moderna em comparação a muitas capitais. Foi idealizada para receber um quantitativo de 50 mil pessoas, em substituição à antiga capital, a cidade de Goiás. No ano de 2014, entretanto, 81 anos após a sua fundação, já abrigava mais de 1.302.001 habitantes (Censo 2010 - IBGE. Projeção para 2014: 1.412.364).

### Figura VII: Localização da área de estudo da pesquisa



Fonte: Imagem da internet.<sup>25</sup>

Apesar de ser uma cidade jovem, apresenta diversas contradições, assim como a maioria das cidades brasileiras, tanto nos aspectos sociais e econômicos quanto ambientais. Com uma população composta em sua maioria por imigrantes oriundos do norte, nordeste e sul do país, apresenta uma grande diversidade cultural, conservando os traços da ruralidade brasileira, sobretudo de Minas Gerais e do próprio estado de Goiás. No entanto, vive uma realidade que a coloca como uma das mais desiguais e violentas do mundo. Segundo estudo realizado pela ONG Mexicana – Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal (Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Pena A.C), Goiânia é a 40º capital

<sup>25</sup> Disponível em: <http://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/artigos/2009-04-base-cartografica-digital-como-instrumento-gestao/>. Acessado em 10/01/2016.

mais violenta no mundo (2011), com taxa de 37,17 homicídios por grupo de 100 mil habitantes.

Tal pesquisa utiliza como metodologia os dados de fontes oficiais e de levantamentos realizados por outros meios como jornais, além da contagem oficial da população realizada por órgãos governamentais. No caso do Brasil, os dados são oriundos das secretarias e entidades que trabalham com a estatística dos crimes e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Os dados da pesquisa elencam diversas cidades brasileiras no rol das 50 mais violentas do mundo; além disso, demonstram que, a capital do estado de Goiás apresenta-se no cenário nacional como uma das mais violentas do país, com taxa de homicídio anual superior a 40 homicídios por grupos de 100 mil habitantes, segundo dados de 2014 (Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Pena A.C).

No tocante às desigualdades sociais, segundo o relatório da ONU (Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: Unido o Urbano Dividido), por meio do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT) divulgado em 2010, Goiânia aparece em primeiro lugar entre as capitais mais desiguais do país, superando cidades como Fortaleza, Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo.

A desigualdade social, aliada à falta de controle do uso do solo urbano bem como de uma política de contenção da criminalidade, tem contribuído para o aumento da violência homicida em todo o estado de Goiás. A cidade de Goiânia, pela sua expressividade, localização e densidade demográfica, tem ganhado destaque nas alarmantes taxas de homicídios. Tal fato que tem mudado a rotina de muitos moradores, principalmente de bairros com carência de infraestrutura urbana e de setores antigos como o Jardim Novo Mundo e Pedro Ludovico; por outro lado, percebe-se uma grande relação entre o crescimento econômico da cidade e o aumento nas taxas de criminalidade, dentre elas, a de homicídio.

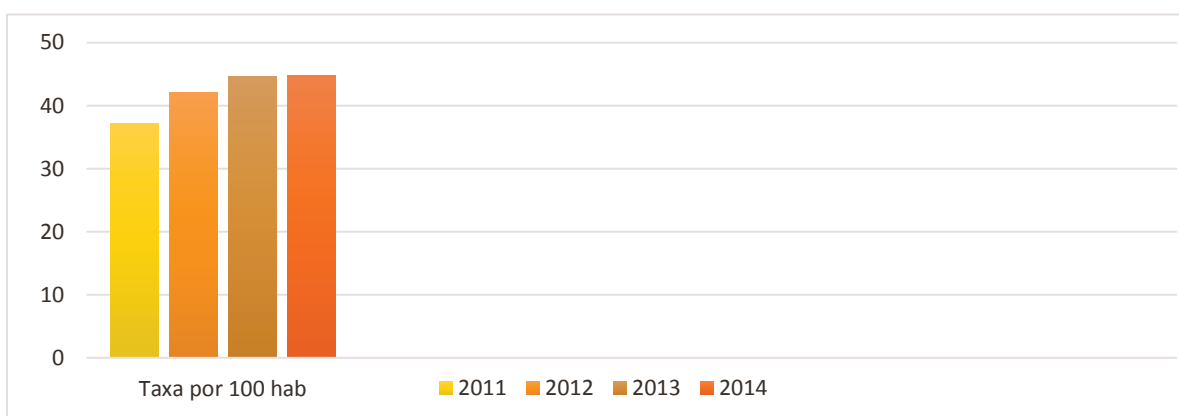
### **3.1. OS IMPASSES DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAPITAL DE GOIÁS E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA URBANA**

Conforme levantamento da ONG mexicana já citada, a cidade de Goiânia apresenta aumento no índice de homicídios anual. O estudo demonstra que a cidade

ocupava a posição de número 40 entre as capitais mais violentas do mundo no ano de 2011, e nos três anos seguintes as posições de números 34, 28 e 23 respectivamente. Tais números são alarmantes se consideramos a taxa média atribuída como padrão pela Organização das Nações Unidas, que é de 10 homicídios para um grupo de cem mil habitantes.

Os dados do gráfico IV representam apenas uma das variáveis que faz da cidade de Goiânia uma metrópole com muitas faces da violência urbana. É importante levar em conta que essa modalidade de violência não deve ser considerada apenas como a razão da criminalidade, pois existem outros aspectos sociais, psicológicos e econômicos, dentre outros.

#### **GRÁFICO IV- Taxa de homicídio por grupo de 100 mil habitantes – Goiânia - Goiás**



Fonte: Consejo Ciudadano para la Seguridad Pública y la Justicia Pena A.C. Elaboração: autor (2015)

Do ponto de vista da desigualdade social, a maior cidade do estado de Goiás (em número de habitantes) é vista como uma cidade produzida para o capital. Segundo Moysés (2005, p. 127), “a cidade de hoje nasce em 1950, quando se desestrutura o seu espaço urbano por conta da pressão do capital imobiliário que exige o afastamento do poder público na gestão territorial”. Isto, ainda segundo o autor, possibilita a expansão da periferia, criando espaços vazios que se valorizam com o tempo, e coloca a população pobre cada vez mais distante do centro urbanizado. Como consequência, a partir dos anos de 1970 a população pobre organiza-se e planeja a invasão desses espaços vazios, provocando o surgimento de moradias precárias em regiões mais afastadas do centro da capital, além de disparidades e do aumento da especulação imobiliária.

Logo nas primeiras décadas pós-construção de Goiânia, já eram visíveis estas contradições entre o que tinha sido planejado e o que de fato ocorreu. As disparidades entre o centro moderno e as periferias surgem com as primeiras invasões nos fundos dos vales e se reproduzem nos loteamentos populares construídos pelos órgãos públicos a partir do ano de 1980, como é o caso da Vila Finsocial, Vila Mutirão e Jardim Curitiba, todos na Região Noroeste da cidade. Maricato (2013, p. 24), sobre o assunto, afirma que a disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe. Isso fez com que os pobres fossem expulsos para espaços mais distantes da cidade, ou seja, para “a periferia da periferia”, nas palavras da autora.

A cidade planejada no planalto central brasileiro cede, então, espaço para o capital imobiliário que projeta nas regiões mais valorosas do espaço geográfico urbano de Goiânia grandes construções para moradia, assim como intensifica o marketing para a venda de residências em bairros com mais qualidade de vida, conforto, segurança e lazer. A partir do ano 2000, a paisagem urbana ganha outros modelos de construções de edifícios, esses voltados à prestação de serviços como escritórios e consultórios.

A formação da periferia de Goiânia, portanto, tem na sua raiz uma prática perversa: a retirada de um grande quantitativo de pessoas que estavam em áreas mais centrais da cidade, em invasões, favelas ou nas ruas, para bairros distantes da infraestrutura básica de saúde, lazer, educação, emprego e transporte público. É o caso dos bairros Jardim Lajeados, Residencial Irisville, Real Conquista, Residencial Madre Germana 2, Vila Finsocial, Vila Mutirão, Jardim Curitiba e o conjunto de bairros que foram implantados na fazenda São Domingos (Vitória, São Carlos, São Domingos e outros), que apresentam necessidades que vão desde saúde, educação, iluminação pública e, principalmente, segurança.

Vê-se, pois, os extremos encontrados em Goiânia, assim como nas principais cidades brasileiras. Os diferentes espaços urbanos caracterizam a disparidade econômica presente. Muitos se espantam com a desigualdade social da capital, mas é a própria qualidade de vida da cidade que atrai, indistintamente, os



muitos pobres. A matéria postada por um jornal da capital no dia 09 de setembro de 2012 demonstra a disparidade encontrada na cidade de Goiânia e reforça esta tese.

**Figura VIII: Fotos de reportagem publicada pelo Jornal Opção – online – 09 a 15 de setembro de 2012.**



Parque Vaca de Brava  
Fonte: Jornal Opção



Área risco no Setor Negrão de Lima

Os extremos se encontram em Goiânia<sup>26</sup>

Em Goiânia, a marca da centralidade econômica encontra-se visível no espaço público, como na imagem acima: o Parque Vaca Brava e o seu pano de fundo com grandes empreendimentos imobiliários; no outro lado, a ausência de um maior poder econômico observado na imagem do Setor Negrão de Lima. A reportagem do referido jornal destaca que a qualidade de vida oferecida pela cidade de Goiânia atrai tanto os ricos como os pobres. Ressalta, entretanto, que essa atração provoca o processo de separação e afastamento da classe pobre dos lugares com maior predominância de equipamentos públicos.

Segundo Frattari (2011, p. 94), “o medo da criminalidade, quando somado aos processos de separação e afastamento social, contribui para a produção de imagens estereotipadas de um “agente produtor” da violência”. Embora a pobreza tenha sido apontada como pressuposto para o aumento da violência, percebe-se que este não é um fator preponderante, conforme afirma Misse (2011, p 33-34), ao

<sup>26</sup> Jornal Opção, edição 1940 de 09 a 15 de setembro de 2012. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/os-extremos-se-encontram-em-goiania>. Acessado em 15/01/2016.



falar das cinco teses equivocadas sobre a criminalidade no Brasil: “se a pobreza causasse o crime, a maioria dos pobres seria criminosa, e não é”.

Levando-se em conta um índice que avalia a distribuição de renda no mundo (Índice de Gini), ou seja, que mede em grau a concentração de renda de um determinado grupo, variando de zero – quando não há desigualdade – a um – quando o grupo avaliado é totalmente desigual –, a cidade de Goiânia encontra-se entre uma das capitais mais desiguais do mundo. O coeficiente de Gini de Goiânia (dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013) passou de 0,57 em 1991 para 0,61 em 2000, obtendo uma leve queda em 2010 (0,58).

O que fica visível no espaço urbano da capital do estado de Goiás é o processo de segregação socioespacial que cria distintas situações e contribui para diversificar as áreas de concentração da criminalidade e o tipo de crime. Outros fatores que se observam na paisagem urbana da capital são os contrastes existentes nas grandes cidades: moradores de rua, invasões, poucas residências populares em meio a empreendimentos de luxo, grande fluxo de automóveis, condomínios de luxo segregando os ricos das classes menos desprovidas economicamente, dentre outras situações.

**Figura IX: Imagem aérea do condomínio Alphaville Flamboyant – Goiânia – GO.**



Fonte: Aero Vista Imagens Áreas

Percebe-se que o aumento da violência em Goiânia nos últimos anos tem provocado mudanças na paisagem urbana. A população com maior poder aquisitivo passou a habitar em condomínios horizontais urbanos e condomínios de chácaras nos arredores da cidade, ou seja, em empreendimentos fechados com alto poder de vigilância e concentração de renda. Com isso, a área de serviço de proteção à pessoa e bens tem aumentado constantemente, e a busca por morar com “segurança” segregou ainda mais a população de classe alta.

Em entrevista realizada com moradores de um dos bairros considerados mais violentos da capital (entre os dias 05 e 08 de Janeiro de 2016), foi possível perceber que o medo de habitar naquela espacialidade e sem condições financeiras para se proteger do crime são as maiores preocupações. Mesmo com baixos salários e com despesas altas, a maioria tem realizado mudanças na sua residência, tendo como finalidade se proteger da criminalidade.<sup>27</sup>

\_ aqui já foi um lugar tranquilo, já fiquei nesta praça até duas, três horas da manhã. Mas também; o povo temia a polícia, as ruas eram bem iluminadas, nem todas elas tinham asfalto e todo mundo se conhecia. Hoje, só nos resta o medo, até de ficar dentro de casa, mesmo com grades nas janelas, portas reforçadas, muro alto e com toda família junta. (Viúva aposentada, que mora no Jardim Novo Mundo com dois filhos e um neto, possui 69 anos).

A fala da entrevistada retrata o medo da violência e as mudanças que já fez em seu local de moradia para se proteger da criminalidade urbana. No entanto, a mesma percebe que não está segura em viver naquele bairro que, ao longo do tempo, foi se modificando e trazendo intranquilidade. Questionada sobre o tempo em que habitava na região, a mesma informou que criou seus filhos ali e que, quando chegara, existia muito mato e algumas residências, a maioria chácaras: “Em 1970 já fazia desse lugar meu recanto, depois apenas mudei de casa, mas continuo no bairro”.

O crescimento econômico de Goiânia tem trazido uma gama de imigrantes que chegam à capital ou à região metropolitana em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Tal fato, ao que tudo indica, contribui para aumentar a disparidade econômica existente na cidade. De acordo com censo demográfico

---

<sup>27</sup> A sequência utilizada aqui para identificar as entrevistas não foram as mesmas em campo, tendo em vista que selecionamos apenas quatro das dez entrevistas realizadas.

realizado pelo IBGE em 2010, 125.770 pessoas com idade superior a cinco anos não habitavam na zona urbana de Goiânia em 31/07/2005. Esse número representa uma taxa expressiva de migração que ocorre para a capital.

Utilizando-se como fator de crescimento econômico o aumento da renda da população e o produto interno bruto, podemos verificar que Goiânia mais que dobrou seu PIB na última década, passando de 10.127.289 milhões em 2002, para 24.445.744 em 2010 (SEGPLAN-GO/IMB/Gerência de Contas Regionais e Indicadores -2012). Tal fato contribuiu ainda mais para gerar crescimento e despertar desejos de habitar a capital do estado de Goiás. A divisão do PIB pela população residente gera o PIB *per capita*, e esse índice atribuído pelo IBGE tem crescido em todo o estado, com destaque para a cidade de Goiânia. A capital possuía em 2000 uma renda per capita mensal de R\$ de 1.001,94; dez anos após, esse valor passou para R\$ 1.348,55 (dados do Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013). Se esses números forem comparados com a renda per capita de 1991 (R\$693,72), podemos perceber um crescimento elevado da renda dos habitantes da capital, o que demonstra ter havido crescimento econômico

Considerando que houve um crescimento na economia e no poder de compra dos habitantes de Goiânia, é importante verificar as transformações que ocorreram na paisagem urbana e nas relações interpessoais dos seus moradores. Tentando buscar evidências entre crescimento econômico e aumento da taxa de criminalidade, de forma específica a mortalidade homicida, faremos um pequeno estudo em dois bairros da capital (Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico), pois durante alguns anos foram os vilões em homicídios na capital. Partindo disso, buscaremos compreender um pouco o seu processo de formação, estrutura econômica e social, além de verificar em campo as mudanças na paisagem e a concepção dos moradores sobre os impactos da violência no seu bairro.

### **3.2 JARDIM NOVO MUNDO E SETOR PEDRO LUDOVICO: PAISAGEM, VIOLÊNCIA E MEDO.**

A população de Goiânia teve um crescimento muito rápido em comparação ao quantitativo previsto na ocasião em que foi planejada. Ocupações e surgimento de

novos loteamentos fizeram com que, em pouco mais de uma década após sua construção, já tivesse superado o quantitativo de moradores idealizados para aquele núcleo urbano.

Os contrastes são vistos à medida que conhecemos a cidade. Podemos ver bairros como o Setor Sul, Marista, Bueno e Alto da Glória, dentre outros, setores de alto padrão com empreendimentos modernos, comércio bem amplo e diversificado e grande densidade demográfica. Tais bairros destacam-se pelo padrão de vida dos moradores, por sua rede de comércio e serviços, ruas interligadas e fluxo contínuo de transportes. Por outro lado, alguns bairros não desenvolveram tais padrões, diversificando a malha urbana. É o caso do Jardim Novo Mundo, Vila Finsocial, Residencial Real Conquista, Jardim Nova Esperança etc., sendo alguns antigos e outros mais recentes. Parte deles se desenvolveu em alguns aspectos, mas outros convivem com a falta de atuação do poder público.

A história do Jardim Novo Mundo data de meados da década de 1950. Os primeiros moradores foram se agrupando no espaço da antiga fazenda Palmito e, aos poucos, construíram o segundo maior bairro da capital em números de habitantes. Dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Departamento de Pesquisa e Estatística e Estudo Sócio Econômico – DPESE) apontam que no ano de 2010 a população do bairro era de 34.021 habitantes. O bairro é conhecido por seu histórico de violência e pela sua expressividade em termos de área. Por outro lado, sua localização é estratégica, à medida que possui avenidas de fluxos para os principais setores da cidade e recebe uma demanda bastante expressiva de passageiros que vêm para a capital por meio do sistema de transportes. Ao longo das principais avenidas desenvolveu um comércio diversificado, agrupa escolas das redes municipal, estadual e particular, além de alguns centros de saúde.

O Setor Pedro Ludovico, por sua vez, originalmente destinou-se a abrigar pessoas provenientes de outros estados e que não possuíam condições financeiras para habitar no centro da cidade. Ocupava parte da área da fazenda Macambira, que deu origem ao primeiro nome do setor, transformando-se no Setor Pedro Ludovico em homenagem ao fundador de Goiânia. O processo de urbanização

desse setor é recente, assim como a construção da cidade. Datam de meados da década de 1950 as primeiras infraestruturas urbanas, sendo que as construções mais representativas só ocorreram por volta dos anos de 1980 (asfalto, terminal de ônibus, redes bancárias, comércio etc.).

Com a construção da capital foram contratados inúmeros trabalhadores que não tinham condições para custear a moradia e passaram a invadir diversas localidades na cidade, dentre elas o Setor Pedro Ludovico. Uma das primeiras marcas do processo de segregação no espaço urbano de Goiânia foi o não planejamento de bairros que deveriam ser habitados por esses trabalhadores. Marinho (2006), sobre essa questão, destaca:

Para a construção de Goiânia foram contratados trabalhadores de várias localidades do Brasil. Sem condições financeiras para arcar com moradias, nem mesmo no Bairro Popular, estes instalaram-se às margens do Córrego Botafogo, fundando as primeiras invasões da capital, que correspondem, atualmente, aos Setores Universitário, Vila Nova, Nova Vila, Fama, Pedro Ludovico e Criméia. (Marinho, 2006, p. 123).

Boa parte dos setores apontados por Marinho (2006) são de extrema importância para o crescimento econômico da cidade de Goiânia, alguns com destaque para o comércio e serviços, outros para habitação e polos universitários. O Setor Pedro (denominação mais utilizada pelos moradores de Goiânia) possui uma população estimada de 24.890 habitantes (dados da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, com base no censo do IBGE 2010), destacando-se pelos empreendimentos destinados à moradia e ao comércio e serviços.

O que tem chamado a atenção dos habitantes desses setores são as elevadas taxas de criminalidade urbana, com destaque para o crime de homicídio, fato que despertou o estudo em questão. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública – Observatório de Segurança Pública de Goiás, os bairros Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico aparecem entre os mais violentos da capital em relação aos crimes letais.

Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás demonstram que o Setor Jardim Novo Mundo tem ocupado entre a primeira e a segunda posição nos últimos anos em relação ao número de mortes homicidas; em 2012, o bairro

ficou em segundo lugar no quantitativo de mortes, enquanto que no período de 2013 a 2015 o mesmo ocupou a primeira posição, com 20,18 e 24 mortes respectivamente.

Os dados demonstram claramente a liderança do bairro Jardim Novo Mundo no tocante a mortes nos últimos anos. Tal fato tem provocado uma sensação de insegurança entre seus moradores e entre a população que de alguma forma possui ligação com este bairro. Em entrevista com uma agente de saúde que trabalha e mora no bairro, é possível verificar claramente o medo que enfrenta ao desenvolver seu trabalho: “Temos medo do que podemos encontrar todos os dias, ao bater nas portas, ao verificar o surgimento de um novo morador, ao andar cedo ou a noite nesse setor” (entrevista de número 02 realizada em 05/01/2016; a entrevistada é servidora pública há onze anos, possui 35 anos de idade e mora no bairro há nove).

O Setor Pedro Ludovico apresenta índices semelhantes aos do Jardim Novo Mundo. Em 2012 e 2013 ocorreram o mesmo quantitativo de homicídios nos dois bairros (12 e 20 respectivamente); em 2014 esse percentual passou para 15, perdendo em número para o Jardim Novo Mundo, Jardim Guanabara e a região Central; no ano de 2015 o setor ficou também na quarta posição entre os mais violentos da capital, no tocante aos crimes de homicídio, segundo estatísticas da SSP-GO.

Justifica-se o estudo dos bairros em questão, por sua densidade demográfica, pela sua importância estratégica na capital e pelos altos índices de homicídios. O Jardim Novo Mundo, em razão da sua liderança rotineira nas taxas de crimes letais; e o Setor Pedro Ludovico, por ser mencionado constantemente entre os mais violentos de Goiânia. Embora este último tenha ocupado entre a segunda e a quarta posição nos últimos anos, o seu nome sempre é destacado, o que o difere da região central, do Residencial Real Conquista, da Vila Finsocial e do Jardim Guanabara, que foram apontados apenas uma vez entre os quatro mais violentos, segundo levantamento da SSP-GO.

Diante dos dados e da necessidade de verificar as mudanças na paisagem dos bairros em estudo tendo como referência o aumento dos crimes de homicídio,



se fez necessário realizar um estudo de caso que auxiliasse na possível verificação das hipóteses já mencionadas no início deste estudo. Tal levantamento ocorreu por meio de um questionário que buscava verificar o objetivo da pesquisa em campo. Ao mesmo tempo foram realizadas algumas entrevistas com moradores desses bairros, para verificar a sensação de medo da violência que predomina nessas localidades.

O medo de circular, sair de seu espaço de vivência, deslocar-se para os afazeres diários, é sem dúvida uma das maiores preocupações dos moradores de alguns bairros da cidade de Goiânia e de diversas outras cidades do Brasil e do mundo. É fácil perceber que a violência espalha o medo e este impulsiona a violência.

Quanto maior o medo da população, mais expressivos são os mecanismos que ela busca para lidar com essa situação. Isso se verifica quando avaliamos as cidades mais violentas segundo os tipos de crimes e prisões/apreensões que lá ocorrem. No geral, os homicídios e latrocínios provocam um medo maior.

Para tentar quantificar a sensação de medo do crime por parte da população que habita ou transita nesses dois bairros, foi realizada uma pesquisa quantitativa por meio de um survey (método de pesquisa que visa a obtenção de dados ou informações sobre fatos que envolvem determinados tipos de pessoas), abordando pessoas de diversos bairros de Goiânia e da região metropolitana, intitulada: “A violência urbana modifica sua rotina diária?”.

A pesquisa seguiu o método da variável nominal, que agrupa os elementos pesquisados em classes ou categorias. Após isso, são realizadas as possibilidades estatísticas que, no geral, são três medidas: proporções, porcentagens e razões. Tal escolha se deu por esse método ser o mais simples e utilizado para estudos de impactos menores.

Os dados estatísticos utilizados por meio do estudo de caso possuem caráter comparativo, já que visa verificar se a fala dos entrevistados condiz com as estatísticas dos órgãos oficiais. Em outras palavras, se a população de Goiânia

percebe que o Jardim Novo Mundo e o Setor Pedro Ludovico são os bairros com maior índice de violência homicida.

A pesquisa visava compreender a relação entre a criminalidade e o medo que as pessoas têm de habitar ou transitar nos dois bairros com maior índice de homicídios na capital do estado de Goiás. Por outro lado, pretendeu-se verificar se, à medida que o índice de violência tem aumentado, a população tem investido mais em segurança pessoal. Foram aplicados duzentos questionários no mês de agosto de 2015, e os resultados serão apresentados na sequência.

Os dados da pesquisa demonstram que a maioria da população entrevistada teria restrição em morar em alguns dos bairros de Goiânia. Assim, 91,4% afirmaram que existem bairros na capital em que teriam certo medo de morar. Questionado sobre qual bairro em que o entrevistado não moraria por temer os índices de violência, as informações deram conta de que são aqueles em que a estatística sobre violência e questões sócias são visíveis para a população. É o caso dos bairros Jardim Novo Mundo, Setor Pedro Ludovico e Vila Finsocial, como reforça a tabela na sequência.

**TABELA VIII: Os três bairros mais violentos de Goiânia segundo os entrevistados**

<b>Bairros</b>	<b>% dos entrevistados</b>
Jardim Novo Mundo	22,8
Vila Finsocial	11,4
Setor Pedro Ludovico	8,5
Outros bairros	57,3

Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: autor (2015)

Os setores Jardim Novo Mundo, Setor Pedro Ludovico e Vila Finsocial aparecem na contabilidade da criminalidade divulgada pelos órgãos de segurança pública do estado na lista dos quinze bairros mais violentos da capital. Nesse caso, percebe-se que a fala do crime, discutida por Caldeira (2000), possui uma

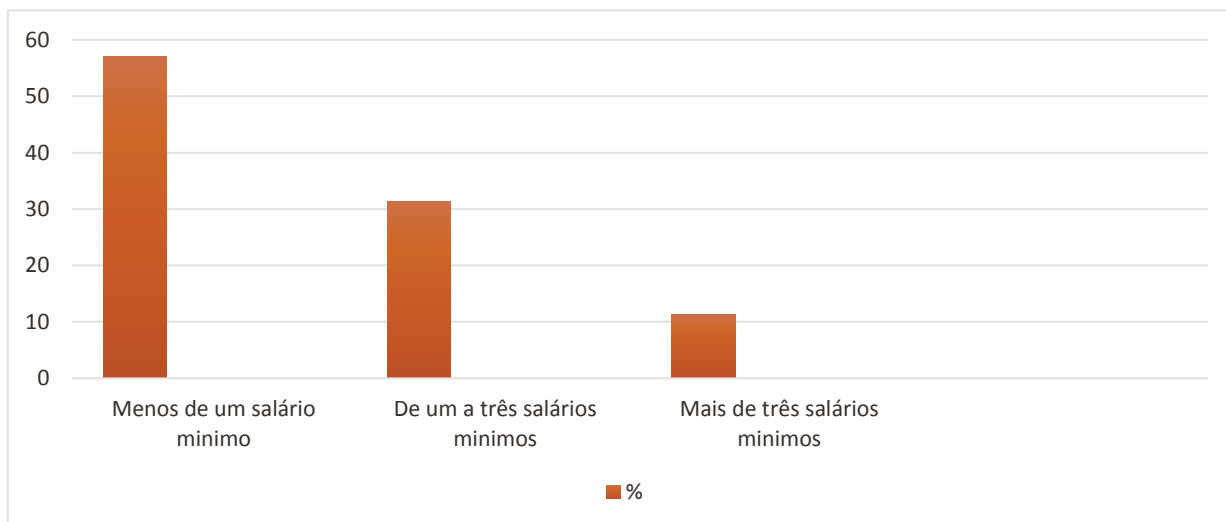


representação muito grande na opinião dos entrevistados, na medida em que a discussão sobre a criminalidade se espalha por essas localidades.

Outro elemento interessante sobre os efeitos que a criminalidade produz nos bairros analisados é o fato de que 68,6% dos pesquisados afirmam conhecer várias pessoas que já foram vítimas de algum tipo de crime nesses setores. Em contrapartida, 14,3% afirmam conhecer apenas uma, e 17,1% não têm conhecimento sobre vítimas de violência criminal nos setores em questão.

A pesquisa ainda avalia a média de investimentos que os entrevistados tinham feito em sua segurança pessoal e ou residencial no último ano. O questionamento visava entender se o grupo de pessoas que fez parte do estudo tinha a segurança como um fator importante no seu dia a dia. O resultado demonstra pouco investimento dos entrevistados na área de segurança, o que contradiz a opinião de muitos ao afirmarem que não habitariam em vários bairros de Goiânia, por apresentarem um índice elevado de violência urbana.

**GRÁFICO V: Porcentagem de investimento em segurança pessoal e/ou residencial nos últimos anos pelos entrevistados.**



Fonte: Pesquisa de Campo. Elaboração: autor (2015).

No questionamento sobre investimento em segurança pessoal e ou residencial, o entrevistado deveria levar em conta gastos como seguros, instalações de portões, cerca elétrica, segurança privada, câmeras, dentre outros. Durante o estudo de campo, buscou-se tabular a faixa etária dos pesquisados, visando refletir

sobre o nível de consciência dos mesmos, levando-se em conta a idade média dos entrevistados. Os dados apontam que a maioria dos entrevistados tinha idade superior a 18 anos, com faixa etária predominante entre 30 a 39 anos, sendo a maioria do sexo feminino (60%). Isto nos levar a crer que a faixa etária não influencia na construção de uma consciência voltada para a segurança pessoal e ou residencial. Por outro lado, a falta de investimento em segurança não deve ser considerada apenas a partir da ausência de recursos financeiros, já que o estudo demonstra que a maioria dos entrevistados ganha rendimentos superiores a três salários mínimos mensais.

Os investimentos em segurança privada podem ser observados na cidade de Goiânia, embora os entrevistados não demonstrem que tenham investido um quantitativo expressivo de valores em segurança. Dados da Federação Interestadual dos Vigilantes (FITV 2015) indicam que existem hoje em Goiás 92 empresas com cadastro ativo na área de segurança pessoal/patrimonial e ensino. Deste quantitativo, 30 estão situadas em Goiânia e 32 na Região Metropolitana, com destaque para Aparecida de Goiânia, além de inúmeras outras que possuem atuação na capital com matriz em outros estados.

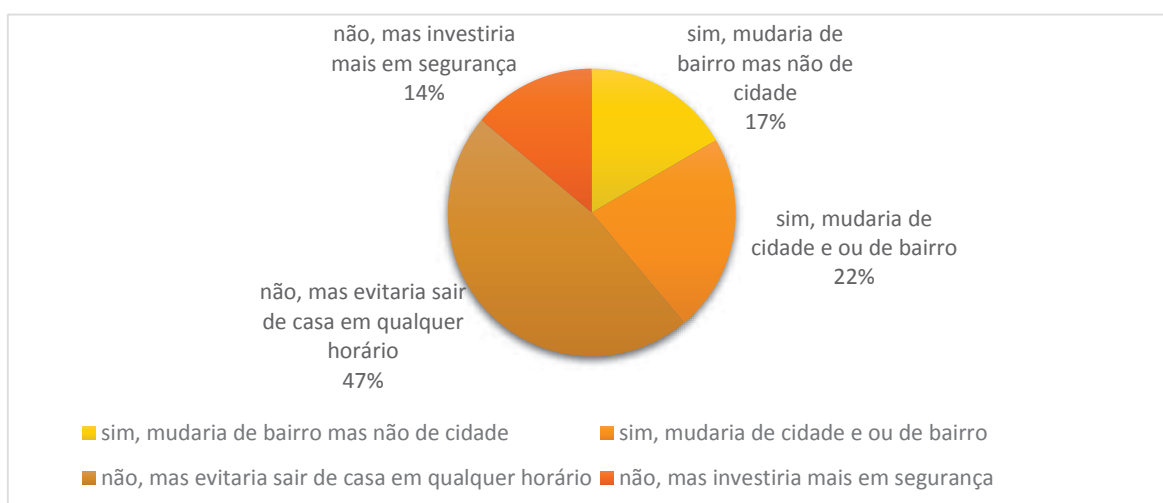
A grande quantidade de empresas de segurança privada atualmente em Goiânia indica que o mercado de trabalho, nesse ramo, tem grande expressividade econômica. Tal fato aparenta estar relacionado com a necessidade de se proteger contra a criminalidade. O custo de manter, por exemplo, o salário de um vigilante armado em Goiânia passou de R\$ 762,63 em 2010 para 1.108,86 em 2015. Esse valor é apenas o salário base, sem contabilizar gastos com encargos trabalhistas, vale alimentação, adicional de risco, seguro de vida, plano de saúde, vale transporte, entre outros. Se o ramo da atividade for segurança de valores, esses proventos aumentam na hora de contratar um trabalhador. Tal gasto faz com que o medo da criminalidade aumente o custo de vida dos moradores da capital, além de outros prejuízos.

Em Goiânia, portanto, percebe-se um grande quantitativo de trabalhadores em segurança privada atuando nos condomínios residenciais, no comércio, nas empresas de serviços, bancos, instituições públicas, shoppings e universidades,

dentre outras localidades, o que representa a falha do poder público em proporcionar segurança aos moradores da capital.

Com o objetivo de verificar se as pessoas têm medo de ser vítimas da violência em alguns bairros da cidade de Goiânia, foi perguntado se o entrevistado circularia em qualquer horário nos bairros Setor Pedro Ludovico e Jardim Novo Mundo. O resultado foi que uma proporção de 85,7% não circularia, principalmente em altas horas da noite e nos finais de semana. Por outro lado, quando questionados que, se a violência aumentasse na sua localidade de moradia, o entrevistado mudaria de residência, bairro ou cidade, a maioria afirmou que não, mas evitaria sair de casa em qualquer horário.

**GRÁFICO VI: Porcentagem dos entrevistados que mudaria ou não de bairro ou residência caso aumentasse a insegurança no seu local de moradia.**



Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração: autor (2015).

A relação da população com o lugar fica, pois, evidente, quando questionamos se o fato das taxas de criminalidade terem aumentado seria um fator importante para o morador buscar outros bairros para habitar. No geral, existe uma conscientização de que a criminalidade está presente em todas as localidades, sendo necessário apenas que a população tome alguns cuidados em termos de prevenção. A fala do entrevistado de número 03, do setor Pedro Ludovico, deixa claro que a violência banalizou-se tanto nos bairros de classe média, quanto nos bairros pobres.

- Eu não sairia daqui, todo lugar é assim, hoje “roba” e mata até polícia. Recentemente aqui na rua de casa levaram o carro de uma mulher de policial, ela ia chegando e dois homens apontaram as armas e sumiram com o carro. Não é só no Setor Pedro, é no país inteiro, não dá para correr, então é “quetar” e orar para Deus. (Dona de casa, 39 anos, mora com o marido e três filhos, natural de Feira de Santana – Bahia).

Dois dados também foram observados ao tabular as informações dos entrevistados. O primeiro, em relação ao nível de escolaridade, revela que 28,6% possuíam ensino superior, 41,6 % haviam cursado o ensino médio, enquanto 24,6 % e 5,2% respectivamente possuíam ensino fundamental e nível médio profissionalizante. As informações nos levam a entender que em todos os níveis de escolaridade o medo da violência e de ser vítima da criminalidade predomina.

Outro aspecto de destaque tem por base a renda e o tempo de trabalho. A maioria dos entrevistados recebe mais de três salários mínimos mensais, o que condiz com a informação de que mais de 60% deles possuem ensino médio e/ou superior, além de 68,6% estarem empregados e trabalharem 40 horas ou mais por semana. Desta forma, percebe-se que boa parte dos informantes da pesquisa possui uma renda média e um padrão de estudo considerados elevados em relação à maioria dos brasileiros.

Outro dado é que a maioria dos consultados na pesquisa são casados (52,8%), o que leva a crer que possuem uma rotina diferente da dos 25% solteiros. Logo, o medo de ser vítima da violência faz parte da rotina de qualquer indivíduo, independentemente do seu estado civil. Outro dado importante é que 92% dos pesquisados disseram morar ou já ter morado em Goiânia, fato importante na discussão dos resultados da pesquisa, já que a mesma foi realizada na rua e poderia ocorrer que alguns dos consultados não conhecessem a realidade dos bairros envolvidos na pesquisa ou da cidade em geral.

Quando a discussão leva em conta as mudanças nas paisagens desses bairros, tendo por base o medo de ser vítima de violência, uma breve análise visual demonstra que a população tem adequado a sua rotina e seu espaço de moradia a

fim de se proteger. Os moradores com condições financeiras melhores têm procurado morar em apartamentos, com portaria, grades, circuito de câmeras, dentre outros. Outros pioneiros dos bairros reorganizaram suas residências com muros altos, cerca elétrica, portões eletrônicos, grades nas janelas e portas, câmeras de segurança e diversos outros mecanismos. Até as residências mais simples têm sido modificadas, com o intuito de terem maior segurança contra a criminalidade, principalmente os roubos e furtos.

Na fala do entrevistado de número quatro, podemos perceber o medo e as ações que ele e alguns vizinhos têm tomado para se proteger da violência urbana: “Aqui formamos uma espécie de “olho grande”, um vizinho de olho no outro, na hora que chega e sai, quando demorar a chegar, quando percebe alguém diferente nos arredores da casa” (professor, 48 anos, mora com a esposa). Essa é uma atitude tomada por um morador da rua Filadélfia no Jardim Novo Mundo, em comum com alguns dos seus vizinhos, o que representa uma grande preocupação com a questão da violência.

Nas entrevistas realizadas nos bairros em estudo verificou-se que a população convive com o medo de ser vitimada pela violência. Tal situação tem contribuído para muitos buscarem alternativas diversas visando amenizar tais impactos. O fato de investir em segurança privada demonstra, pois, que o setor público não tem sido capaz de atender as demandas oriundas da população que convive com a criminalidade.

A criminalidade em Goiânia também tem provocado o aumento dos gastos públicos com prevenção e reparação dos delitos, não só em relação aos moradores, mas também aos prédios e áreas públicas (rua, praças, parques, etc.). Para exemplificar tal informação, destacamos os gastos da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia (instituição responsável pela segurança nas repartições públicas municipais da capital, além de atuar nas ruas), que passaram dos 27,1 milhões em 2010 para 42 milhões em 2015 (Prefeitura de Goiânia, despesas orçadas por instituição, 2015). Ressalta-se que esses valores são as despesas gerais orçadas e destinadas à Agência da Guarda Civil Metropolitana de Goiânia.

Os gastos públicos com segurança, saúde, indenizações e outras formas de reparação de vítimas da criminalidade tem aumentado ano a ano no país. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança pública de 2014, o estado de Goiás gastou só com policiamento no ano de 2012 uma cifra superior ao 122,5 bilhões de reais, no ano seguinte esse valor ultrapassou os 130 bilhões de reais. Os números levaram em conta apenas os gastos oriundos de despesas com policiamento no estado, fato que demonstra que a criminalidade tem aumentado e se faz necessário destinar uma quantia maior dos recursos, mecanismo que reduz investimentos em outras áreas essenciais.

Os gastos per capita com segurança pública nas unidades federativas tem aumentado em grandes proporções nos últimos anos. O estado de Goiás investia R\$ 163,24 por habitante no ano de 2007; cinco anos após, esse valor chegou a R\$ 236,54 (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2014). Mesmo tendo aumentado os investimentos per capita no estado, esse fato não foi capaz de reduzir os índices de mortalidade, principalmente na capital, que agrega o maior número de habitantes. Em 2012, a taxa de homicídio no estado de Goiás foi de 39,4 mortes por grupo de 100 mil habitantes; no ano seguinte, esse percentual chegou a 39,9 mortes por 100 mil habitantes, fato que reforça que o aumento dos investimentos não foi capaz de reduzir os crimes de homicídio nesta unidade federativa.

Além de causar gastos com a segurança pública diretamente, as mortes homicidas aumentam as despesas com o sistema de saúde, de justiça e de previdência social. Por outro lado, os danos são também visíveis diretamente sobre as vítimas e seus familiares e sobre as empresas que atuam em regiões com alto percentual de reincidência de crimes. Estas últimas repassam o aumento das despesas para o consumidor final (contratação de segurança privada, circuitos internos de monitoramento, redução da jornada de trabalho em determinados turnos, gastos com seguros, entre outros) ou até mudam de localidade.

Falar da violência é algo presente no cotidiano dos brasileiros. Embora a questão aqui discutida gere revolta e mudança de comportamento, muitos ainda temem discuti-la com quem não conhecem. Foi possível observar tal fato durante o período de coleta de dados da pesquisa, principalmente quando das entrevistas no

Setor Pedro Ludovico: muitos se negavam a participar alegando falta de tempo, alguns pareciam não acreditar no entrevistador e na destinação dos dados coletados e outros ainda ignoravam o entrevistador no momento em que eram abordados. Foram feitas 10 entrevistas nos dois bairros, visando analisar a percepção da população sobre o aumento da violência, as mudanças na paisagem dos bairros e sua relação com o medo da criminalidade. Optamos por destacar apenas quatro entrevistas desse universo, tendo em vista que as demais apontaram percepções semelhantes às aqui citadas.

O aumento da criminalidade em Goiânia, principalmente nos bairros em estudo, tem provocado mudanças significativas no cotidiano dos seus moradores, como demonstram as entrevistas e a pesquisa de campo. Aliado a isso, viver em uma cidade com altas taxas de criminalidade faz com que o custo de vida aumente e a busca por lugares mais seguros prevaleça.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se discute aumento da violência e desigualdade social, alguns aspectos devem ser ponderados. Diversos estudos como o de Sposito e Góes (2013 e 2014) demonstram que a desigualdade social e a segregação urbana são fatores decisivos para o aumento no índice de criminalidade. No caso de Goiânia, alguns elementos são elucidativos ao verificarmos sua posição nacional em relação ao quantitativo de mortes violentas nos últimos anos. Primeiro, pela falta de controle urbano em relação ao crescimento populacional versus infraestrutura; segundo, pela alta concentração de renda que deixa a capital com alto grau de desigualdade.

A segregação espacial, aliada à presença marcante de grandes corporações imobiliárias, afasta a população pobre das regiões centrais e concentra a classe alta nos bairros construídos para a elite. Conseqüentemente, essa dispersão espacial e territorial tem contribuído para aumentar a criminalidade em todos os centros urbanos do país e também em Goiânia.

O aumento da renda per capita e do PIB em Goiânia demonstra que a cidade tem passado por um crescimento econômico e que esse crescimento veio acompanhado do aumento da criminalidade. Destacam-se os homicídios, que vêm crescendo ano a ano e levam a cidade a ganhar destaque negativo entre as mais violentas do mundo.

Embora existam evidências de que existe relação entre o crescimento econômico de Goiânia e o aumento da criminalidade homicida, não é possível afirmar, nem desconsiderar que um tenha provocado o outro, já que a Região Metropolitana de São Paulo (entre outras) teve amplo crescimento econômico nas últimas décadas e conseguiu reduzir esse tipo de crime. Por outro lado, fica evidente que o aumento da violência letal tem crescido no país à medida que o mesmo foi se urbanizando.

É possível afirmar, também, que a atuação do estado no tocante aos homicídios e aos diversos tipos de crimes é importante para a redução das alarmantes taxas de criminalidade. O que ocorreu na Região Metropolitana de São



Paulo, por exemplo, não tem ocorrido com grande expressividade em Goiânia e em Salvador, o que reforça a tese de que faltam ações concretas por parte do poder público no combate e prevenção da criminalidade.

Oliveira (2005) já apontava que o crescimento das cidades traz com ela o aumento dos crimes. Esse fato pode ser percebido em Goiânia e nos dois bairros que foram utilizados como estudo de caso, ou seja, Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico, uma vez que ambos são os maiores em número de habitantes da capital e concentram a maioria dos casos de criminalidade. Esse aumento tem provocado mudanças na rotina dos moradores de Goiânia, em especial dos bairros analisados.

São também visíveis as mudanças na paisagem urbana de Goiânia. Assim, quem tem poder aquisitivo maior passa a morar em condomínios de luxos em áreas nobres nos arredores da cidade, outros habitam em grandes empreendimentos destinados à moradia (bastante visível no Setor Pedro Ludovico), mas uma grande maioria habita casas populares em bairros com baixa infraestrutura. No entanto, a preocupação em ser vítima da violência faz com que todos, de alguma forma, tenham feito mudanças no seu cotidiano, seja em seu local de moradia, evitando alguns trajetos e horários de sair, ou investindo em equipamentos de segurança, entre outros. Isto condiz com a hipótese de que o medo de ser vítima da violência urbana modifica a rotina da população e dificulta o crescimento econômico, na medida em que boa parte dos recursos do setor público e dos indivíduos em geral passa a ser destinada à prevenção ou à reparação de danos oriundos da criminalidade.

Saliente-se que o aumento da violência tem contribuído para que muitos habitantes de Goiânia evitem trajetos em algumas horas da noite e nos finais de semana. Tal fato ficou evidente nas entrevistas feitas em campo e durante a aplicação dos questionários propostos para a pesquisa. Destacam-se, pois, os casos do Jardim Novo Mundo e do Setor Pedro Ludovico, onde foram percebidas mudanças na rotina dos moradores devido às elevadas taxas de homicídio.

Por fim, nota-se que os crimes violentos chamam mais atenção em detrimento dos demais, e isso é possível verificar nas palavras e conversas dos moradores da cidade. Por outro lado, o aumento da criminalidade faz com que a população modifique constantemente a paisagem urbana e se constitua uma das maiores preocupações do seu cotidiano.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, SÉRGIO. O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In: **o que ler na ciência social brasileira – 1970-2002**. São Paulo Volume IV. P, 267-307.

\_\_\_\_\_ Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. *Jornal de Psicologia-PSI*, n. Abril/junho, p. 7-8, 2002.

As 50 cidades mais violentas do mundo. Disponível em: <http://www.seguridadjusticiaypaz.org.mx/biblioteca/prensa/category/6-prensa>. Acessado em 05/01/2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Crescimento e desenvolvimento econômico. Notas para uso em curso de desenvolvimento econômico na Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Versão de junho de 2008. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Papers/2007/07.22.CrescimentoDesenvolvimento.Junho19.2008.pdf>. Acessado em 29/12/2015.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crimes, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp. 2000.

CAMPOS, André Gambier. *Evolução da ocupação no sistema de segurança no Brasil: uma perspectiva comparativa entre os setores público e privado*. Rio de Janeiro: IPEA, março de 2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1399.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1399.pdf). Acessado em 10/09/2015.

Campanha do Desarmamento atinge marca de 30 mil armas recolhidas. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ7CBDB5BEITEMID84B90CCE919049CBA9EB29BB6B7E34D7PTBRNN.htm>. Acessado em 03/01/2016.

CANO, Ignácio e SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade no Brasil*. 2ª edição, Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

CARDIA, Nancy. ADORNO, Sergio e POLETO, Frederico. Homicídios e violação de direitos humanos em São Paulo. *Revista estudos avançados*, v.12 nº 47, p. 43-73, São Paulo, 2003.

CARLOS, Ana Fani A. *A Cidade: o homem e a cidade a cidade e o cidadão de quem é o solo urbano?* São Paulo: Contexto, 1999.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *A geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana*. Campina, SP: Papirus, 2001.

COELHO, E. C. A criminalização da marginalidade e a marginalização da criminalidade. *Revista de Administração Pública*, v. 12, n. 2, p. 139-161, 1978.

FRATTARI, Najla Franco. Discursos e representações do medo da violência na cidade de Goiânia. In. SOUZA, Dalva Borges (org.). *Violência Urbana em Goiás: Práticas e representações*. Goiânia: Cãnone editorial, 2011.

Federação Interestadual dos Vigilantes. *Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 e 2014/2015*. Brasília- DF, 2015. Versão Impressa.

FREITAS, Henrique Et. Al. O método de pesquisa Survey. Revista de administração, São Paulo: v. 35 nº 3 p. 105-112, Julho/setembro de 2000.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. *Humanae*, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014. São Paulo, 2014, ano 8.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODY, Arilda Schmidt. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de administração de empresas, São Paulo: v.35 nº 2, p. 57-63,1995.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência Urbana: um problema social. *Tempo social, Rev. Sociol. USP*, São Paulo: Maio de 1998 – p. 105-119.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Resultados do universo. Disponível em:[Vers](#). Acessado em 10/11/2015.

Indicadores do IBGE: Pesquisa mensal de emprego: janeiro de 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acessado em 10/09/2015.

JUNIOR, Francisco Rodrigues Vale. A função social da propriedade urbana em Goiânia: Teoria e prática. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristina. Lima, Jandir Ferrera & WADI, Yomissa. Relação entre crescimento da desigualdade social e dos homicídios no Brasil: o que demonstram os indicadores? *Revista Interseções*, Rio de Janeiro, v. 13 nº1 p. 65-90, Junho, 2011.

LEVISK, David Léo. Aspectos do processo de identificação do adolescente na sociedade contemporânea e suas relações com a violência. In: **LEVISK, David Léo (org.). Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 17-29.

LOURENCO, Nelson. <Globalização e insegurança urbana>. *Revista Angolana de sociologia urbana* [online]. Postado em 09 de dezembro de 2013. Disponível em:<http://ras.revues.org/308#text>. Acessado em 10/01/2016.

LÜDUKE, Menga e ANDRADE; Marli E. D. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso, in: **LUDUKE, Menga; ANDRÈ, Marli E. D. A. pesquisa em educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. P. 11-24.

MANSO, B P 2012. Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010 – uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. Tese não publicada (doutorado), Universidade de São Paulo.

MARINHO, Clorisnete Borges. Região Sul de Goiânia: Um Lugar Valorizado na Metrópole. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, nº 19, p. 113-129, 2006.

MARICATO, Ermínia (org.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1. Ed.: São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MOYSÉS, Aristides e BERNARDES, Genilda D'arc. Segregação Urbana e Desigualdade Social em Goiânia: Estado, Mercado Imobiliária e Dinâmica Socioespacial. In: **MOYSÉS, Aristides (org.). Cidade Segregação Urbana e Planejamento.** Goiânia:UCG, 2005. p. 173-204.

MISSE, Michel. Crime e Violência no Brasil Contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. 2ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

MURAD, Mauricio. Da violência e seus contextos: notas preliminares em teoria da história. In: **LEMONS, MARIA TERESA TORIBIO BRITES (Org.). Religião, Violência e Exclusão.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 123-153.

OLIVEIRA, Cristiano Aguiar (2005). Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: Um enfoque da economia do crime. In **XXXIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, Natal.** Disponível em: Disponível em: <http://econpapers.repec.org/paper/anpen2005/152.htm>. Acessado em 10/07/2015.

OLIVEIRA, Antônio Santos. A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira. Caderno CRH, Salvador: n 38. p. 239-265. Jan/Jun. 2003.

O direito a cidade à cidade: Unindo o Urbano Dividido. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwifrsaliYzLAhXLh5AKHepYDocQFggjMAE&url=http%3A%2F%2Fmirror.unhabitat.org%2Fpmss%2FgetElectronicVersion.aspx%3Fnr%3D2855%26alt%3D1&usq=AFQjCNHBBYxyHph4DgJx-TS7I-U46-7OJA&bvm=bv.114733917,d.Y2I>. Acessado em 08/11/2015.

PESCUMA, Derma e CASTILHO, Antônio Paulo. Projeto de Pesquisa O que é? Como fazer? São Paulo: Olho d'Águia, 2005.

PIB- Produto Interno Bruto do Estado de Goiás - 2012. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/pib/pib2012/pibgo2012.pdf>. Acessado em 10/01/2016.

Prefeitura Municipal de Goiânia. Despesas orçadas por Instituição: Recurso de Todas as Fontes, Goiânia 2005.

PINSONNEAULT, A. & KRAEMER, K. L. Survey Research In **Management Information systems:** na Assessement. Journal of Management Information System, Autumn 1993.

RAUPP, Waldir. Trajetória humana e Sustentabilidade. Porto Alegre: Editora Letra 1, 2010.

Regiões metropolitanas no Brasil. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/observatorio\\_RMs2010.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/observatorio_RMs2010.pdf). Acessado em 20/12/2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Segregação residencial: teorias, conceitos e técnicas. In: **Moysés, Aristides (Org.). Cidade segregação urbana e planejamento.** Goiânia. Editora da UCG, 2005.

RISSO, Melina Ingrid. Mortes intencionais na cidade de São Paulo: Um novo enfoque. Instituto Igarapé, Artigo estratégico; Agosto de 2014. Disponível

em:<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2014/07/artigo-8-p4.pdf>. Acessado em 05/01/2016

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades Brasileiras. São Paulo: Contexto, 1988.

\_\_\_\_\_. Geografia e Violência Urbana. In: **PONTUSCHKA, Nidia Nacib, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org)**. Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

ROGERS, Richard e GUMUCHDJIAN Philip. Cidades para um pequeno planeta. Barcelona, editora Gustavo Gili, 2001.

SANTOS, Milton. A urbanização Brasileira. 5. Ed., São Paulo: Edusp, 2013.

SANTOS, Marcelo Justos & KASSOUF, Ana Lúcia. Estudos Econômicos das Causas da criminalidade no Brasil: Evidências e Controvérsias. Revista economia, Brasília (DF), v.9, nº 2, p. 343-372, maio/agosto 2008.

SILVA, Jailson de Souza. Um espaço em busca do seu lugar: as favelas para além dos estereótipos (2002). Disponível em: [http://iets.inf.br/biblioteca/Um\\_espaco\\_em\\_busca\\_de\\_seu\\_lugar.PDF](http://iets.inf.br/biblioteca/Um_espaco_em_busca_de_seu_lugar.PDF). Acessado em 05/06/2014.

SILVA, ELIAS DOS SANTOS, Representações Sociais de Violência no Filme Tropa de Elite: O homem como predador do próprio homem. 2010. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde), Universidade Católica Dom Bosco –UCDB, Campo Grande- MT. 2010.

SIMMEL, G., A Metrópole e a Vida Mental, in **Velho, OTÁVIO GUILHERME (org.)**, O Fenômeno Urbano, 4ª Edição da Zahar Editores, Biblioteca de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Brasil, 1979.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Anotações sobre violência, o crime e os direitos humanos. Revista de psicologia da Unesp, v.2 nº 1, São Paulo, 2003.

WASELFISZ JJ. Mapa da violência 2014: os jovens do Brasil [Internet]. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude; 2014 [citado 2015 Maio 15]. Disponível em:[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa20142014\\_JovensBrasil.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2014/Mapa20142014_JovensBrasil.pdf).

\_\_\_\_\_. Mapa da Violência 2012: Os novos padrões da violência homicida no Brasil [internet]. São Paulo: instituto SANGARI, 2011. [citado em junho, 2015]. Disponível em: [http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf).

WEYRAUCH, CLEIA SCHIAVO. Violência Urbana. Revista Dimensões, vol. 27, 2011, p. 2-22

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. Ver. Sociol. USP, São Paulo: p. 5-41, Maio de 1997.

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo. Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

## ANEXO

### Anexo I – Modelo do questionário aplicado no estudo de caso

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás**  
**Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – MDPT**

NOME: \_\_\_\_\_

**QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

Prezado(a) Sr(a)., obrigado pela atenção. Ao completar este breve questionário estará ajudando a compreender as intervenções que a violência urbana provoca na vida dos moradores de Goiânia - GO.

A violência urbana modifica sua rotina diária?

**1.0 - Sexo:**  
Masculino  Feminino

**2.0 – Faixa etária**  
 Menos de 17  18-20  21-29  30-39  40-49  50-59  60 ou mais

**3.0 -Qual é o seu estado civil?**  
 Casado  Viúvo  Divorciado  Separado  Nunca casado antes

**4.0 – Você já morou ou mora em Goiânia?**  
 Sim  Não

**5.0 – Existe algum bairro que você teria restrição em morar em Goiânia?**  
 Sim  Não  Não sabe responder

**6.0 - Qual o Bairro?** \_\_\_\_\_

**7.0 Você já foi ou conhece alguém que tenha sido vítima de algum tipo violência nesse bairro?**  
 Sim, uma pessoa  Sim, várias pessoas  Não

**8.0 - Em média, quanto você tem investido no último ano em sua segurança pessoal e/ou residencial?**  
 Menos de um salário mínimo  De um a três salários mínimos  Mais de três salários mínimos

**9.0 – Você circularia em qualquer horário nos dois bairros com maior índice de violência homicida em Goiânia: Jardim Novo Mundo e Setor Pedro Ludovico?**  
 Sim, sem restrições de horário  Não, principalmente à noite e finais de semana  Não, principalmente durante o dia.

**10. Se a insegurança aumentar em seu bairro você mudaria de residência ou de cidade?**  
 Sim, mudaria de bairro, mas não de cidade  Sim, mudaria de cidade e/ou de bairro  
 Não, mas evitaria sair de casa em qualquer horário  Não, mas investiria mais em segurança

Continua...

**11- Qual é o nível mais alto de ensino concluído ou mais alto grau que você recebeu?**

Ensino fundamental                       Ensino médio                       Ensino médio profissionalizante

Graduação     Pós-Graduação     Outro (por favor, especifique): \_\_\_\_\_

**12- Qual das seguintes categorias melhor descreve a sua situação?**

Empregado, trabalhando de 1-39 horas por semana     Empregado, trabalhando 40 horas ou mais por semana     Desempregada, procurando um emprego     Desempregado, não procurando um emprego

Aposentado     Desabilitado e/ou não capaz de trabalhar